



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 4850/16 - ESTABELECE MEDIDAS CONTRA CORRUPÇÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1201/16	DATA: 11/10/2016	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 13h37min	PÁGINAS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JORGE BARBOSA PONTES - Delegado da Polícia Federal aposentado.
ROSA RICHTER - Representante da sociedade civil.
ANA PAULA SAYÃO - Representante da sociedade civil.
SEBASTIANA WAWELBERG - Representante da sociedade civil.
ELIANE CANTANHÊDE - Colunista do jornal Estadão e comentarista do canal *GloboNews*.

SUMÁRIO

Debate sobre o Projeto de Lei nº 4.850, de 2016. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Bom dia a todas e a todos os presentes. Peço desculpas por começarmos com meia hora de atraso, talvez pela de a sessão plenária de ontem ter ido até às 2 horas e 30 minutos da madrugada.

Declaro aberta a 26ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.850, de 2016, do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame e outros, que *“estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos”*.

Em apreciação a ata da 25ª reunião extraordinária, realizada ontem. As cópias estão à disposição.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O Deputado Onyx Lorenzoni pede dispensa da leitura. Indago se algum membro deseja retificá-la. *(Pausa.)*

Não havendo, em votação a ata.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

A Ordem do Dia de hoje está dividida em audiência pública e deliberação de requerimentos. A audiência pública é resultado dos Requerimentos nºs 97, 80, 105 e 110, todos de 2016, o primeiro, de autoria do Deputado Severino Ninho, os demais, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Convido para tomarem assento à mesa os senhores expositores: Jorge Barbosa Pontes, Delegado da Polícia Federal aposentado *(pausa)*; Rosa Richter, representante da cidade de civil *(pausa)*; Ana Paula Sayão, representante da sociedade civil *(pausa)*; Eliane Cantanhêde, colunista do *Estadão* e comentarista do canal *GloboNews* *(pausa)*.

Eu gostaria de agradecer a presença também àqueles que sempre nos acompanham, já que metade da representação da Mesa é da sociedade civil. Logicamente, nós gostaríamos de tê-los todos à mesa, mas, infelizmente, temos que restringir os convites. É sempre bom ter a sociedade nos acompanhando, ouvindo, fiscalizando, cobrando soluções para o que se passa na rua.



Esclareço aos Parlamentares e expositores que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela Internet e gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que sempre falem ao microfone.

Para o bom ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: os expositores terão até 20 minutos para sua apresentação, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados; o Relator disporá de 15 minutos para sua manifestação; os Deputados terão a palavra conforme a lista de inscrição por 3 minutos, improrrogáveis, com preferência aos autores do requerimento.

Antes de iniciarmos as exposições, o Relator Onyx Lorenzoni tem algumas informações a passar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Tenho um convite aos Parlamentares: hoje, às 15h30min, um grupo de Parlamentares e consultoria técnica vamos nos encontrar nas Comissões e ir à OAB. Eu sei que vários Parlamentares têm formação jurídica e podem ter interesse em ir. Vamos debater algumas análises que a OAB fez, e quer oferecer um projeto à Comissão. Avisamos ontem, estamos avisando novamente: vamos, às 16 horas, oficialmente, a uma reunião com o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Claudio Lamachia, e diretores.

Volto a fazer o convite para quinta-feira, quando não haverá reunião: vamos receber representantes do Conselho Geral do Notariado da Espanha às 9 horas, no Plenário 15, aqui ao lado, quando vai estar franqueada a palavra aos Parlamentares. Se eventualmente não estiverem aqui, por conta do feriado de amanhã, podem credenciar junto a Alessandro ou as suas assessorias diretas um representante por Parlamentar. É só para ajustar esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Vamos aos expositores. Inicialmente, concedo a palavra ao Delegado da Polícia Federal, Dr. Jorge Barbosa Pontes, por até 20 minutos.

O SR. JORGE BARBOSA PONTES - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, é uma honra estar aqui e participar desta iniciativa louvável do Parlamento brasileiro e, originariamente, do Ministério Público Federal.



No meu entendimento, é bem importante que nós comecemos marcando, do ponto de vista de uma matéria que se chama Justiça Criminal ou Criminologia, que estamos, no Brasil, diante de um novo animal, um novo fenômeno da criminologia: não estamos combatendo o crime organizado, estamos nos deparando com o crime institucionalizado, muitos andares acima. Eu gostaria de fazer este preâmbulo, para pontuar a importância desta iniciativa.

Só o Congresso, a força legislativa, só a iniciativa legislativa pode dotar o Estado brasileiro dos instrumentos para o combate a esse flagelo. Eu vou tentar explicar aos senhores. O crime organizado como nós conhecemos — máfia, jogo do bicho — tem características próprias; o crime institucionalizado é algo totalmente diferente e muito ameaçador. O crime organizado é levado a efeito por ação de marginais; o crime institucionalizado é levado a efeito por ação de nucleares, pessoas que não estão à margem, que estão no núcleo do poder. O crime organizado normalmente nasce por omissão das autoridades; o crime institucionalizado nasce pela ação estruturante das autoridades, é uma ação positiva. O crime organizado tem uma atividade central ilegal — tráfico de mulheres, drogas, jogo do bicho, tráfico de armas, tudo que é lucrativo —; o crime institucionalizado tem uma atividade central totalmente legal — contratos, construções, aluguéis de prédios, grandes contratos de serviços, grandes contratos que envolvem milhões, bilhões, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, transposição, Abreu e Lima. O crime organizado conta com agentes infiltrados; o crime institucionalizado conta com agentes nomeados — as pessoas estão indicadas, selecionadas e nomeadas para agir pelo crime institucionalizado. O crime organizado normalmente usa armas pesadas para se garantir; o crime institucionalizado usa o *Diário Oficial*. O suporte de violência no crime organizado são principalmente as vendetas; o suporte de violência no crime institucionalizado são reações legislativas.

Nós podemos observar várias medidas, várias iniciativas. A Operação Lava-Jato é importantíssima, mas não tem o poder transformador, é como um diagnóstico médico, mostra o estado em que o Brasil se encontra. Ela não tem poder transformador nenhum. O poder transformador é o que estamos fazendo agora aqui, uma reação a Lava-Jato. O mais interessante — temos que dizer isso de forma crua,



nua — foi que as primeiras 15, 20 reações, tanto do Parlamento quanto do Executivo, foram para alvejar a Lava-Jato e aqueles que a conduziam: juiz, Polícia Federal e Ministério Público Federal. Isso é importantíssimo ser dito.

Num país normal, que não está doente — Inglaterra, Alemanha —, a primeira reação ao se descobrir uma fraude como essa seria do Executivo e do Legislativo, para descobrir por que permitiram uma fraude dessa dimensão; no Brasil, as reações foram todas para atingir a Operação Lava-Jato, o que chamamos de “vendetas legislativas”. Nós temos listadas várias iniciativas para alvejar, para neutralizar os efeitos da investigação, da persecução penal.

Enquanto o crime organizado divide a atividade lucrativa em quadrantes e esquinas — *“olha eu vou atuar ali, Fulano vai atuar no Baixo Gávea, em Madureira, na Penha”* —; o crime institucionalizado divide Ministérios, diretorias, cargos, empresas públicas. Nós não estamos tratando de um grande caso de corrupção, estamos tratando de um novo animal: o crime institucionalizado. É como se fosse o estupro da Pátria, nesse caso, um estupro parental, porque quem está estuprando são aqueles que têm que zelar, que organizar o Governo, que gerir a máquina governamental.

Eu gostaria de pontuar dessa maneira, para que nós entendamos a importância da iniciativa. As 10 Medidas contra a Corrupção que o Ministério Público colocou como iniciativas são muito importantes para lançar o tema. Todas são importantes, mas algumas merecem discussão mais profunda. Fiz algumas anotações do que acho interessante.

O teste de honestidade, por exemplo, não pode ser colocado da maneira como foi, ele deve observar as fundadas suspeitas, ter estrito controle judicial, porque pode se tornar algo que se vire contra o próprio titular do teste, e sem limites para os testados. Não podemos estabelecer que esse teste de honestidade se limite a um grupo de funcionários, até porque o que vemos no crime institucionalizado é um crime de poder. Nós não podemos endereçar esse assunto com meias palavras. Hoje temos um ex-Presidente indiciado, denunciado em diversos processos, réu, e a chance de a ex-Presidente também ir pelo mesmo caminho.

Na nossa Constituição está escrito *“Constituição da República Federativa do Brasil”*. É uma república, ninguém pode ficar a salvo de uma investigação. O que



estamos observando é que existem cargos, funções, nas quais as pessoas estão praticamente encasteladas por si mesmas. Isso é importantíssimo.

Então, esse teste é complicado, mas pode ser aproveitado. A Constituição, as leis são feitas pelos vivos. Foram elaboradas pelos mortos, mas são feitas pelos vivos. Se a sociedade brasileira quer esses instrumentos novos, e essa ameaça, esse flagelo do crime institucionalizado pede isso, nós temos que começar a pensar em trazer sim esses instrumentos que foram tão bem desenvolvidos e são muito bem aplicados em países, como os Estados Unidos, pelo FBI.

Eu não tenho muitos reparos a fazer. A manutenção do sigilo da fonte eu acho uma ideia muito interessante, até porque ninguém se defende do acusador. Nós nos defendemos no processo não do acusador, mas dos fatos colocados pelo acusador, desde que a fonte não seja o único arrimo para as provas, porque é meio complicado, com o contraditório, uma pessoa ser julgada, um réu, e não saber a identidade do acusador, se foi ele que trouxe 100% das provas. Então, é algo um pouco complicado.

É louvável a iniciativa do Ministério Público de produzir as 10 Medidas, mas é importante também que a Polícia Federal seja ouvida. O Ministério Público faz parte do tripé da persecução penal: Polícia Judiciária, Ministério Público e Justiça. Todos os três têm muita legitimidade para propor, estudar, formular.

Eu poderia dizer que a grande contribuição dessa iniciativa para o trabalho da Polícia e para essa blindagem política dos órgãos da persecução penal é porque essa questão do crime institucionalizado... É como se tivéssemos que prever alguma coisa, caso o capitão se vire contra os interesses da tripulação. É mais ou menos isso que nós observamos. De repente, nós observamos um governo.

Eu falei em crime institucionalizado. O Ministro Celso de Mello, na posse da Presidente do Supremo Tribunal, falou em “delinquência governamental”. Nada mais é do que isso. As autoridades começam a perceber. Eu tive a sorte de desenvolver isso há 2 anos, quando construímos essa “tese” — entre aspas. Nesses últimos 2 anos, não aconteceu outra coisa que não fosse a confirmação de tudo.

Então, quanto ao que nós temos que fazer para blindar... Com relação a uma das pernas desse tripé, que é a persecução penal, acho fundamental, e deveria ser incluído no projeto, mandato para o Diretor-Geral da Polícia Federal, uma



blindagem, para evitar vazamentos. O mandato daria forças a ele para dizer “não” ao Ministro da Justiça, que é indicado pelo Presidente. Vimos o Ministro da Justiça da Presidente Dilma Rousseff com todas aquelas confusões, suspeitas, disse-me-disse de vazamento.

Enfim, é fundamental um mandato sem possibilidade de recondução, porque, se der possibilidade, o delegado vai trabalhar para sua própria recondução, de preferência, entrando no meio do termo presidencial, para que participe dos dois termos e fique livre desse mau hálito político. Isto é fundamental: um mandato, com o que podemos traduzir como a tal da “autonomia”. Não tem nada a ver com independência. A Polícia não é independente. Seria autonomia.

Dizem: *“Não podem dar independência para um órgão armado”*. Nós somos 14 mil, trabalhamos com base de dados, com sistemas. Se tirarem todas as armas da Polícia Federal agora, ela vai continuar a trabalhar. Ela trabalha com inteligência, com base de dados, administrando sistemas. Então, não cabe este argumento: *“Não, nós não podemos dar autonomia para um órgão armado”*.

Eu sou formado pelo FBI. Fiz o curso de formação em 1994, junto com os agentes da instituição. Seu diretor-geral fica 10 anos, independentemente de qualquer coisa. Houver um que mandou apreender um vestido de uma servidora da Casa Branca e conseguiu, com a Justiça, ordem para tirar sangue do Presidente. Ele estava em reunião — criou até um problema com o Serviço Secreto —, entrou o pessoal para tirar sangue, o Serviço Secreto não sabia se deixava, porque estava ali para protegê-lo.

Então, é esse tipo de blindagem que a Polícia tem que ter para trabalhar com total autonomia, para dar força ao diretor-geral de se proteger. Isto é importantíssimo: autonomia para a Polícia Federal.

Eu trabalhei algum tempo no exterior e vi um ponto muito interessante, que poderíamos incluir: *whistleblower*, em tradução literária, até engraçada, “soprador de apito”. Dentro desses grandes esquemas de corrupção, dessas grandes investigações, ele não é um delator, não faz para se salvar, ele faz por consciência.

Para entendermos melhor, nesses países desenvolvidos não existe o alcagete. Quem inventou essa figura foi o ambiente de permissividade. Um servidor da PETROBRAS honesto, sério, como eu conheço, que procura a Polícia Federal



para denunciar porque não quer ver sua empresa indo para o ralo é um *whistleblower*. Essa figura poderia ser incluída neste projeto, inclusive com premiação — e só vale o primeiro *whistleblower*, por isso o apito. A partir do som do apito as autoridades pegam todos os elementos.

Então vejo que esta iniciativa é muito importante, principalmente porque temos pela frente uma ameaça muito maior do que imaginamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Dr. Jorge Pontes. Já estiveram aqui conosco diversos membros da Polícia Federal, uma boa equipe — Diretor-Geral, delegados, associação representativa dos funcionários —, que colaborou com nosso debate, como o senhor está fazendo.

Quero fazer um registro, porque nosso Relator é gaúcho. Hoje estamos realizando sessão solene em comemoração aos 50 anos do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o maior...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O maior movimento folclórico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O maior movimento folclórico do planeta, segundo o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não é “segundo o Deputado Onyx Lorenzoni”. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Parabéns.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu trouxe uma medalha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Recebi uma medalha. Por isso estou dando parabéns ao Deputado Onyx Lorenzoni e aos demais gaúchos aqui presentes. Parabéns por esse movimento que mantém uma importante tradição. Só espero que não queiram se separar do Brasil de novo.

Eu sempre digo que é muito importante termos a sociedade civil aqui conosco, que é essencial abrir esse espaço. E algumas dessas pessoas vieram a convite do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

É com muito prazer que passamos a palavra à Sra. Rosa Richter, que vai se manifestar em nome da sociedade civil, tão falada e combativa, mas às vezes não tão respeitada.

A SRA. ROSA RICHTER - Sr. Presidente Joaquim Passarinho, Sr. Relator Onyx Lorenzoni, Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, Sra. Eliane



Cantanhêde, demais membros da Mesa, Parlamentares presentes a esta sessão, voluntários, senhoras e senhores, meu nome é Rosa Richter, mas também poderia ser Ana, Tiana, Iza, Junia, Maria, Carmen, Joaquim. Hoje temos quase 3 milhões de nomes que representam um só sentimento e uma só atitude: indignação e luta! Indignação por assistir, por anos, a brasileiros morrendo em filas dos hospitais, em confrontos com bandidos, em acidentes nas ruas, nas estradas esburacadas e mal iluminadas; morrendo pela falta de saneamento básico; morrendo de tristeza, de desesperança, sufocadas em dívidas; morrendo por causa da corrupção.

Somos hoje o quarto país mais corrupto do mundo, segundo o índice de corrupção do Fórum Econômico Mundial, atrás apenas de Chade, Bolívia e Venezuela. Sabem o que a corrupção fez com o Brasil? Transformou-o em um país sem leis, onde a violência impera nas suas mais diversas formas. Há violência do Estado contra os cidadãos que pagam seus impostos, que, quando necessitam de saúde, de segurança, de educação, de saneamento básico e de rodovias com estradas, nada encontram, além de um enorme campo minado.

Nós vivemos, gente, uma guerra civil camuflada, com bombas plantadas em cada canto deste País, explodindo diariamente e matando milhares de brasileiros. Sabe qual é o custo dessa guerra? Duzentos bilhões de reais — 200 bilhões de reais! — por ano. Esse é o valor que a corrupção rouba dos cofres públicos a cada ano, em uma atitude covarde e sorradeira que faz explodir bombas silenciosas todos os dias. Isso é uma guerra ou não? É sim, e é uma guerra covarde, cínica, feita de lobos em peles de cordeiro, que não têm vergonha em enganar os cidadãos, nem quando tudo é desmascarado, que fingem não saberem de nada.

Este recado é para aqueles que fazem isso, todos eles, de qualquer partido. Os honrados políticos deste País não podem fazer coro com aqueles que dão esmola com uma mão e plantam minas com a outra, enquanto contam seus milhões e riem do povo, escudados pela legitimidade do voto. Que democracia claudicante essa, gente!

Quantas ciladas estão armadas e prestes a explodir a cada passo que um brasileiro der? Precisa de atendimento médico de urgência? Vá até o SUS mais próximo e tente sobreviver. Busca emprego? Dê cinco passos à frente e tente encontrar uma empresa que não tenha sido implodida por equívocos na condução



da política econômica do País, e por mais uma das minas predatórias deste sistema político, que tem fome de arrecadação não para fazer justiça social, mas para alimentar a ânsia desenfreada pelo poder. Lembrem-se: 200 bilhões de reais por ano! É muita coisa, e alguém tem que pagar essa conta.

Depois de tantos anos, com o País quebrado, falido e minado, essa conta é impagável e não há mais o que fazer além de contar os mortos. Isso é uma covardia com o Brasil e com o povo brasileiro. A cada dia descobrimos uma nova mina, e muitas ainda estão por serem descobertas. Passam anos fazendo joguinhos de *marketing* para abocanhar seus milhõezinhos. Eles se acham mais espertos do que todos? Acham que suas vidas valem mais do que as outras? Não, não valem! Uma vida covarde não vale mais do que a vida de um cidadão honesto. Nunca!

Muita lágrima já foi derramada neste País para termos paciência com falsas promessas. Cada promessa falsa é mais uma bomba que se planta. Eu sou mais uma brasileira tentando sobreviver nesse campo minado.

Há 20 anos um primo amado foi sequestrado. Meu nome estava na lista para ser a próxima vítima de sequestro. Ao invés de fugir do meu País, resolvi exercer minha cidadania na íntegra e me tornei ativista social: participo de várias associações de bairro, levanto e pesquiso problemas e proponho às autoridades competentes ações e projetos que possam melhorar a qualidade de vida de todos, ricos e pobres, indiscriminadamente. São Paulo é uma síntese representativa do Brasil.

O enorme contraste social que existe na cidade toda, com comunidades carentes distribuídas ao longo dos bairros — onde vários possuem mansões literalmente encostadas nessas comunidades — gera tantas anomalias, tanto contraste social, que é impossível fechar os olhos. Mais de 30% das comunidades carentes da cidade de São Paulo está na Zona Sul.

Eu entrei para a associação de moradores local e durante esses últimos 20 anos dediquei integralmente minha vida a ela, participando ativamente de toda e qualquer ação que pudesse trazer melhorias na qualidade de vida de todos os moradores, ricos e pobres, sem exceção. Lutando, conseguimos melhorias de infraestrutura, construção de pontes, avenidas, ruas, segurança, companhia de polícia, urbanização em comunidades, urbanização de praças. É um trabalho insano.



Perdi a conta de quantos tênis usei nessas 2 décadas, de tanto que subi e desci as ruas dos bairros e comunidades carentes da região para entender quais eram as verdadeiras necessidades daquelas pessoas. Vi de tudo e conheço de perto a imensa carência da população desassistida deste País: a miséria de ver crianças dormindo com ratos, brincando com os pezinhos no esgoto, idosos morrendo de fome, crime organizado infernizando a vida das pessoas de bem que ali vivem — que é a maioria —, ausência de creches, de escolas e do próprio Estado. Tudo isso dentro da maior metrópole do nosso País. São vidas perdidas por falta de serviços de saúde. Reafirmo que meu bairro, na Zona Sul de São Paulo, é realmente uma miniatura do nosso Brasil.

Essa é a nossa realidade, que se repete em cada um dos mil quilômetros que separam São Paulo desta Casa. Tenho certeza de que, enquanto estou falando aqui, existe alguém bem pertinho morrendo por não conseguir atendimento num hospital, por acidente causado por má conservação das vias ou por bala perdida; morrendo pela corrupção.

Há quase 4 anos, quando eu já contabilizava vários anos de trabalho voluntário ininterrupto, pisei em outra mina. Na véspera de Natal, fui acordada de madrugada por um telefonema que preferiria esquecer, mas que me trouxe aqui hoje: meu filho foi abordado por marginais perto de casa, que agiram com extrema violência, com socos e coronhadas, resultando um total de 70 pontos no rosto e na cabeça. O impacto foi enorme e teve efeitos reveladores.

Em um primeiro momento, muita raiva, raiva essa que vocês não podem imaginar. Mas, logo que me acalmei, minha leitura do ocorrido foi que ele estava vivo e eu estava fazendo pouco. Era preciso fazer mais, realizar mais. Estamos em guerra no País que tanto amo. Tenho que fazer a minha parte.

Foi quando tomei conhecimento do projeto proposto pelo Ministério Público Federal, as 10 Medidas, como a única arma eficaz contra a corrupção, contra a morosidade da Justiça frente às leis que procrastinam com infinitos recursos o efetivo cumprimento da pena. Para compreender a proposta e me certificar da sua eficácia, travei conhecimento com cientistas políticos, com juristas do quilate de Ives Gandra. E todos com quem conversei foram taxativos: para colocar o País no rumo, esse é o único caminho, a única arma.



O projeto das 10 Medidas foi elaborado pelo Ministério Público Federal a partir de estudos extensos do Direito Comparado de países que conseguiram vencer a corrupção, com um sistema criminal que logrou freá-la. Nada foi inventado, o que está sendo proposto é para vedar as brechas que alimentam a indústria da impunidade e que estão minando as forças do País. Não podemos e não vamos perder esta oportunidade, porque o propósito dele, assim como o meu, o seu, o nosso — e por isso me dedico incondicionalmente — é transformar.

Estou aqui em nome da sociedade civil e é uma honra falar em nome de S.Exa., o povo, como muito bem disse a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia. É por ele que estou aqui. Não sou filiada a nenhum partido político. Meu partido é o Brasil.

Apoio candidatos com bandeiras contra corrupção, éticos, comprometidos com nosso País, Estado e Município. Regularmente venho a Brasília acompanhar o andamento desta Comissão. Já perdi as contas de quantas vezes tive que responder à pergunta: *“Quem paga as suas despesas para vir aqui”*? Todas, sem exceção, eu pago.

Nosso esforço tem valido a pena. Foi aqui que conhecemos o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, um querido, que, ao ser procurado pelo Ministério Público Federal, como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, abraçou a causa e deu início à tramitação do Projeto de Lei nº 4.850, de 2016, de iniciativa popular, apesar de grande resistência. Registro nossos sinceros agradecimentos pela condução dos trabalhos. De fato, esta Comissão Especial está brilhantemente conduzida pelo Presidente Joaquim Passarinho, e pelo Relator Onyx Lorenzoni. Deputados, 200 milhões de brasileiros depositam nos senhores a esperança de acabarem com esta guerra.

Dos estudos de Deltan Dallagnol, de Sérgio Moro, de Thaméa Danelon e de tantos outros Procuradores da República, até aqui, quase 3 milhões de pessoas já registraram seu apoio às 10 Medidas. Sabemos que o caminho ainda é duro, mas o gigante acordou e não vai aceitar passivamente os legisladores não aproveitarem esta grande janela de oportunidade que a sociedade civil está dando para mostrar que estão do lado de quem os escolheu para representá-los, principalmente nesse momento de combater o grande mal deste País, a corrupção.



Cada um que votar aqui, cada Deputado — e cada Senador, quando a proposição for para lá — vai dizer de que lado está: de um novo Brasil ou dos pouquíssimos que vivem com bilhões que foram retirados das políticas públicas brasileiras para viverem luxos inimagináveis, condenando milhões de brasileiros à condição de extrema vulnerabilidade.

O povo foi para as ruas se manifestar, para pressionar o “sistema” — entre aspas — e mostrar ao mundo o que estava acontecendo no Brasil, revelando os desmandos, projetando “quem é quem” — entre aspas —, quem serve ao País e quem serve a si mesmo.

Hoje se discute política nas casas, nas escolas, nas empresas, nos restaurantes, entre familiares e colegas de trabalho. A mídia se viu obrigada a ampliar o espaço das notícias sobre política nos jornais, porque é isso que a população quer saber, e ela não tolera mais enganação.

O que se espera ao final dos trabalhos desta Comissão Especial é uma proposta legislativa completa, para que a Justiça não tenha mais desculpas de continuar perpetuando a impunidade através de brechas legais.

A nós sociedade vai caber a eterna vigilância de cobrar da Justiça, caso ela não cumpra sua vocação de defender a sociedade. O ofício da Justiça não é garantir a impunidade das pessoas culpadas por causa das inúmeras instâncias, isso é desvirtuamento. Ela está sendo usada para isso, quando deveria estar defendendo a sociedade dos corruptos.

Certamente, um passo enorme como esse terá críticas e movimentos tenderão a tirar sua credibilidade. Aos que tiverem dúvidas, deixo aqui uma sugestão para desempatar o jogo: peçam a quem quiser criticar que traga junto 3 milhões de assinaturas para endossar a crítica, nem uma a menos.

Permaneceremos em contato com autoridades para que o pacote seja apresentado na sua inteireza e cobraremos do Plenário a única postura que se espera desta Casa: aprovação imediata das 10 Medidas, tudo concluído, até o dia 9 de dezembro na Câmara dos Deputados, e, em um futuro muito breve, no Senado.

Estamos chegando, Senadores, preparem-se e juntem-se ao clamor representado nessas 3 milhões de assinaturas. O gigante acordou, e não foi deitado em berço esplêndido, não, foi na UTI, porque só alguém em estado muito grave se



encontra nessa falência múltipla de órgãos em que o Brasil vive hoje. Mas ele recobrou a consciência. E, como guerra é guerra, ele mesmo já lembrou que “*um filho teu não foge à luta (...)*”.

Pátria amada, meu Brasil!

Obrigada. (*Palmas.*)

E, como guerra é guerra, ele mesmo já lembrou que um filho teu não foge à luta. Pátria amada, meu Brasil!

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado.

A Rosa falava de São Paulo, e eu pensei que fosse de Marajó, lá no Pará. Nosso País tem dimensões imensas, mas os problemas estão em todos os Estados. Precisamos mudar isso.

Antes de chamar a nossa próxima convidada, registro a presença do Vereador Marcelo, de Redenção, eleito Vice-Prefeito da cidade; do Vereador Paulo Cde, eleito também naquela cidade. De vez em quando, o Pará é maioria no plenário. São dois Parlamentares do extremo sul do Estado do Pará, que, com muita dificuldade, lutam para desenvolver aquela região tão sofrida.

Obrigado pela presença aqui.

Passamos agora à nossa próxima expositora, Sra. Ana Paula Sayão.

A SRA. ANA PAULA SAYÃO - Deputado Joaquim Passarinho, Deputado Onyx Lorenzoni, demais Deputados, bom dia.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, muito obrigada pelo convite. É um grande prazer estar aqui para falar de um projeto do qual participamos desde a primeira assinatura. É um filho nosso, que acompanhamos com todo o carinho. Dedicamos parte da nossa vida a essas 10 Medidas.

Há 1 ano e meio, eu era uma brasileira que não acreditava no Brasil, porque eu achava que ele não tinha jeito, que nada funcionaria, que nada seria resolvido. Era totalmente desesperançada, só reclamava e não acreditava em absolutamente nada.

Quando eu comecei a me envolver nesse projeto, percebi que o que realmente me incomodava não era o Brasil, mas a corrupção, a pouca vergonha que



vivemos aqui, o jeitinho de enganar os outros, a cultura feia de falta de transparência, de levar vantagem.

Eu me identifiquei com esse projeto e resolvi realmente abraçá-lo, e fomos às ruas por quase 8 meses colher assinaturas. Essa experiência nas ruas foi fantástica. Fomos a vários lugares: *shoppings*, parques, estádios, ruas, eventos. Pudemos ver o que realmente as pessoas estavam sentindo. E eu não era a única que estava pensando dessa maneira, pude perceber que as pessoas estavam todas indignadas com tudo o que está acontecendo, e muitas, como eu, desesperançadas. E era muito gratificante quando eu conseguia fazer com que essas pessoas recuperassem um pouquinho a esperança e pudessem acreditar que havia uma luz no fim do túnel.

Passamos pela seguinte situação: num parque, um pai foi assinar o formulário das 10 Medidas, e a menininha nos olhou e disse assim: *“Ah, então agora eu vou poder ter um braço?”* Quando olhamos para ela, vimos que a menina não tinha o braço, ela estava esperando para fazer uma prótese. Ficamos sem palavras, porque isso tudo é fruto da corrupção, da falta de recursos para a saúde. Onde está esse dinheiro que deveria ter ido para o braço dessa menina?

Eu tive outra experiência, que também foi chocante e mostra um pouco do outro lado. Estávamos colhendo assinaturas na porta do supermercado Extra, e um rapaz disse para mim: *“Eu vou assinar, mas você paga minhas compras do supermercado”*. Eu respondi: *“Hã? Não! Estou lutando contra pessoas que nem você”*. A corrupção tem de acabar em todos os níveis, ela não pode existir em um lugar e em outro não. A pessoa não pode pedir: *“Olha, eu vou votar em você se você me der isso”*. Não pode. O conceito de corrupção tem de ser disseminado na cultura, as pessoas não podem achar que, quando é em seu benefício próprio, tudo bem.

Na hora em que aquele rapaz me disse isso, eu fiquei com muita raiva, porque eu estava ali lutando contra a corrupção, usando o meu tempo, e a pessoa fala isso para mim, na cara dura. E eu falei: *“Não é possível!”*. O nosso trabalho é muito grande mesmo.

Também tivemos outra experiência num estádio de futebol. Nós começamos a explicar o projeto, e o rapaz disse: *“Ah, não. Não quero isso, mas me explica um pouquinho melhor”*. Bom, conclusão: o rapaz assinou o formulário e, devolvendo-o com os olhos cheios de lágrimas, falou: *“Moça, muito obrigado, porque o que você*



está fazendo aqui não tem preço. Você está aqui ajudando todo mundo". Então, essa experiência eu estou trazendo aqui para vocês verem como são as pessoas na rua, como as pessoas estão realmente precisando acabar com esse tipo de situação.

Só para esclarecer, todas essas campanhas, todo esse material que nós fazemos, foram pagas com o dinheiro de voluntários. Nós comprávamos as canetas, comprávamos as pranchetas, mandávamos fazer os *banners*, mandávamos fazer camisetas, tudo isso foi pago com o dinheiro do povo. Não foi pago por nenhuma instituição. Sempre surge a dúvida sobre de onde vem o dinheiro. Ele vem do nosso bolso.

As pessoas começaram a se juntar a nós. No começo, ninguém conhecia isso, ninguém conhecia esse projeto. E as pessoas começaram a perguntar o que elas poderiam fazer para ajudar. Assim, nosso grupo de voluntários começou a engrossar. Formamos uma corrente do bem, de norte a sul do País, de voluntários querendo lutar contra a corrupção. E chegamos aqui.

Conseguimos muito mais do que 1 milhão e meio de assinaturas necessárias, num tempo recorde — em 8 meses, 9 meses, conseguimos mais de 2 milhões de assinaturas —, já temos mais de 2 milhões e meio. Isso mostra que realmente o povo acordou, as pessoas foram às ruas, as pessoas se manifestaram, as pessoas não aguentam mais viver dessa forma.

Chegamos aqui e não sabíamos o que iríamos encontrar nesta Casa. Fomos acolhidos, primeiro, pelo Deputado Mendes Thame, que abraçou esse projeto. Depois, no dia da entrega das assinaturas, sempre como sociedade civil, tivemos o apoio do Deputado Ricardo Izar, que nos aconselhou a fazer um requerimento de urgência para acelerar as coisas aqui. Conseguimos todas as assinaturas necessárias dos Deputados e já saímos daqui, no dia seguinte, com esse requerimento pronto. Depois, houve várias reuniões, com vários Deputados, entre eles os Deputados Macris, Haully, Carlos Sampaio, Bruno Covas, sempre nos ajudando a nos prepararmos para a abertura da Comissão. O momento por que passava esta Casa era muito conturbado, com a mudança de Presidente, mas tudo sempre correu de uma maneira muito bacana, muito correta.



Finalmente, o Presidente Maranhão iria assinar a abertura da Comissão. Ele marcou uma reunião, mas não apareceu. Novamente, a sociedade civil se mobilizou com a corrente Assina, Maranhão! Foi feita uma nova reunião, e ele assinou. Instaurou-se esta Comissão para analisar este assunto.

Para falar a verdade, quando esta Comissão começou, nós não conhecíamos muito bem os Deputados Onyx e Passarinho, que são de outros Estados, nós não os conhecíamos muito bem. No entanto, não poderíamos estar em melhores mãos. O Deputado Passarinho preside esta Comissão da forma mais democrática possível, sempre com muita serenidade e habilidade de um grande político, mas de um grande político de verdade, no teor correto da palavra; e o Deputado Onyx está sempre atento a tudo, firme e preciso em suas colocações.

Nós, da sociedade civil, estamos presentes em todas as reuniões desta Comissão, acompanhando tudo isso aqui de perto. Conhecemos cada Deputado que faz parte desta Comissão, cada Deputado desta Casa, conhecemos todos. Sabemos quem veio à reunião, sabemos que há Deputado desta Comissão que nunca veio a uma sessão. Pode? É um assunto tão importante, o Deputado pertence à Comissão e nunca veio. Como pode, gente? Que comprometimento é esse? No entanto, há Deputados que são superassíduos, que estão sempre aqui participando de tudo, são interessados e participativos. O mais assíduo aqui é o Deputado Mauro Pereira, faltou uma sessão apenas; está em todas, também, o Deputado Macris, sempre presente.

Nós estamos aqui como sociedade civil, na verdade, para acompanhar a rotina de vocês e para mostrar para a sociedade civil qual é o funcionamento desta Casa. Nós estamos tendo surpresas muito agradáveis aqui dentro. O que lemos nos jornais é que aqui ninguém trabalha, que aqui não há Deputados bons, e o que vemos é outra coisa. Temos Deputados muito bons nesta Casa, sim. Temos Deputados dedicados, e não queremos misturar todo mundo no mesmo saco. Queremos separar uma coisa da outra; queremos os Deputados bons valorizados.

Então, esse projeto, além de lutar contra a corrupção, é uma nova forma de ser da política brasileira, é uma nova forma de trabalharmos, sociedade civil e políticos, juntos. Queremos nos aproximar e ajudar na política brasileira. Queremos chegar aqui e sair daqui só com elogios; não queremos vir aqui e criticar. Nós



queremos sair daqui agradecendo o empenho, agradecendo o comprometimento que vocês têm com um projeto que é superimportante para o desenvolvimento do Brasil, que é este contra a corrupção.

Já foi mais do que falado aqui — e eu não preciso repeti-los — dos males que a corrupção traz para este País, na saúde, na educação. Esses 200 milhões roubados aqui já foram mais do que falados e explicados; todo mundo já está mais do que sabendo disso. Hoje, a corrupção não é privilégio de um partido político, nem de uma classe social. Nós vivemos numa cultura corrupta. Então, nosso caminho é longo. A aprovação das 10 Medidas é um passo.

Nós temos que investir em projetos de educação, temos que investir em várias outras coisas para ter um País correto de verdade. Não adianta fazer um projeto só contra a corrupção e furar a fila, dar dinheiro para um garçom te atender melhor numa festa, não ensinar as crianças a devolverem um brinquedo de um amigo; tem que ser do começo ao fim. Então, o nosso objetivo é fazer com que essa cultura realmente mude. O caminho é longo, mas nós estamos dando o primeiro passo, e esse primeiro passo tem que ser dado. Não adianta a corrupção não ter punição, a corrupção valer a pena. Hoje em dia, vale a pena ser corrupto no Brasil, infelizmente.

Nós estamos aqui vendo o que esta Casa tem de bom e levando isso lá para fora, porque muita gente não acredita que aqui tenha coisa boa. Então, esse projeto é mais do que uma mudança de lei contra a corrupção, que é fundamental para o nosso País. Nós estamos construindo uma nova forma de relacionamento entre o Parlamento e o povo. Estamos aproximando a sociedade civil dos Deputados, mostrando com a nossa voz o que vemos aqui. Contra a corrupção, estamos mostrando que o mundo mudou, basta ver o resultado das eleições. O político que continuar agindo da mesma maneira não vai ser reeleito. É simples, gente. Estamos num novo Brasil, em um Brasil participativo, um Brasil em que o povo participa de forma igualitária.

Assim como eu estou tendo a grande alegria de viver essa mudança, eu convido todos os Srs. Deputados a mudarem o Brasil junto com o povo. Chega de corrupção, chega de jeitinho e chega para todo mundo! Chega de gente batendo nos



gabinetes dos senhores pedindo cargo ou pedindo qualquer outra coisa! Isso também não pode acontecer.

Para encerrar, vocês sabem qual era uma das frases que eu mais ouvia durante a coleta de assinaturas? *“Ah, eu vou assinar, tudo bem, mas isso não vai adiantar nada. Você acha que os Deputados vão assinar alguma coisa que vai acabar com a mamata deles?”* Vamos mostrar para essas pessoas que esta Casa é feita de pessoas de bem, de políticos de bem, que essa mamata a qual se referiram era para poucos corruptos.

Temos, nesta Casa, Deputados sérios que aqui estão para representar o povo com legitimidade, responsabilidade e com o verdadeiro propósito de fazer um Brasil melhor. Com esta convivência, durante todo esse tempo, participando desta Comissão, do fundo do meu coração, posso dizer que é nisso que eu realmente acredito.

Sr. Presidente, posso quebrar um pouquinho o protocolo e pedir a V.Exa. permissão para que a Tiana faça esse encerramento por mim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Nós não tínhamos nem mesmo lugar à mesa. Vamos ceder o resto do tempo da Rosa à Sebastiana Wawelberg.

Tem a palavra a Sra. Sebastiana Wawelberg.

A SRA. SEBASTIANA WAWELBERG - Primeiro, gostaria de agradecer a todos vocês.

Quero dizer a vocês que vivi, durante 40 anos, ao lado de um foragido de um campo de concentração da Polônia. Eu vivi de perto todo o sofrimento de alguns poloneses, até a hora de sua morte. Eles sempre me diziam: *“Tianinha, você é a mais nova de todos nós. Não deixe fazerem com este País o que fizeram com o nosso. Não deixe. E nunca vá embora deste País, porque nenhum lugar será a terra de vocês. Nós fomos acolhidos neste País com amor, com carinho. Não deixe que acabem com este País”*. Na hora de sua morte, foi o que o meu marido mais me pediu. E, hoje, se estivesse aqui, estaria muito orgulhoso da Ana, da Rosa e de mim.

Eu não quero mais, gente, acordar no meio da noite com uma mãe me pedindo: *“Tiana, pelo amor de Deus, me ajude! Mataram o meu filho por causa de*



um celular. Eu não tenho dinheiro. Eu não tenho dinheiro para fazer esse enterro". Tudo isso por causa da corrupção.

Eu não quero ver mais, gente, uma mãe acordar às 2 horas da manhã, sair de São Bernardo do Campo com um filho surdo e ir — São Bernardo do Campo é a cidade do nosso Presidente — até Cutia, do outro lado da cidade, até a minha ONG para que essa criança possa aprender apenas dois sinais para poder viver. Em outro dia, essa mesma mulher chega com mais quatro crianças juntas e me pede: *"Pelo amor de Deus, deixe essas crianças ficarem aqui, porque ficarão na rua e vão virar bandidos"*. Lá nós damos um prato de comida. Eu não quero mais viver isso, gente.

Eu já vi muita coisa. Eu já vi sofrimento que vocês não podem imaginar. Eu não quero mais isso para o meu País! Eu não quero mais isso para ninguém!

Eu não quero mais chegar a casa daqueles que me chamam e ver a mãe dividir o prato de comida e ver o filho perguntar a ela: *"Mãe, você não vai comer"*? E ela dizer: *"Não. Eu não estou com fome, meu filho"*. Depois, ela me chama e diz: *"Eu não tenho o que comer"*.

Eu não quero acordar mais, de forma alguma, com o zelador batendo a minha porta e ainda me dando uma bronca e dizendo: *"Não é possível todo esse pessoal na porta deste prédio"*! Eles vão até lá para me pedir o café da manhã, porque perderam o emprego e não têm como dar o café da manhã para os filhos. Eles estão com vergonha, estão indignados com o que está acontecendo.

Enquanto isso, bilhões são desviados para a corrupção. Eu não posso viver mais dessa forma, gente! Eu não permito mais que o meu País viva desta forma! Eu não permito mais!

Eu não quero ver os meus netos indo embora e eu ficando sozinha. Eu tenho medo de eles serem sequestrados. Não porque eu tenha dinheiro, mas muitas vezes isso ocorre por causa de um aparelho de celular. Todo mundo perdeu a referência. Perdemos a referência de respeito, perdemos a referência de caráter. Como nós podemos exigir dos nossos filhos, exigir de alguém, se nossos governantes dão o mau exemplo de pôr a mão no nosso dinheiro?

Gente, vamos acabar com isso! Nós contamos com vocês.



Srs. Deputados, eu não tenho dúvida de que cada um de vocês — não importa o partido político, não importa quem são — vai olhar para essas 10 Medidas como se fossem para seus filhos, seus netos, porque isso irá nos ajudar.

Eu agradeço a todos vocês, de coração, pela recepção que nós tivemos nesta Casa, pelo acolhimento. Se o meu braço fosse maior — mas junto com delas é —, eu daria um abraço em todos vocês. Esse abraço é dos 200 milhões de brasileiros para todos vocês, Deputados.

Obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado Sebastiana; obrigado Ana Paula e obrigado Rosa pelos depoimentos dados aqui.

Vamos continuar com a nossa última expositora de hoje, a jornalista Eliane Cantanhêde, que tem a palavra.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Bom dia a todos.

É uma honra e um prazer estar aqui para discutir um tema tão fundamental e importante para o nosso País e para o nosso futuro.

Cumprimento todas as presentes e todos os presentes, particularmente os representantes e as representantes da sociedade civil, na pessoa do Presidente, Deputado Joaquim Passarinho; do Relator, Deputado Onyx Lorenzoni e também do Deputado Mendes Thame, que é um lutador nessa batalha contra a corrupção.

Eu queria começar com uma definição óbvia. O óbvio precisa muitas vezes ser martelado. Eu sou da área de comunicação e sei que precisamos martelar o óbvio para que ele se cristalize e vire uma força.

A corrupção é resultado da impunidade, da facilidade e da ramificação. É assim que ela se torna sistêmica como se tornou em nosso País. Se um Presidente da República, Presidente de uma estatal, Presidente de órgãos públicos são coniventes ou diretamente envolvidos em corrupção, isso é uma sinalização para os diretores, que sinalizam para os gerentes, que sinalizam para suas secretárias e funcionários, que sinalizam para a população que “se dar bem” é bacana.

Nós vivemos em um Estado em que a corrupção é sistêmica. Eu concordo com o Delegado Jorge, quando disse que a situação brasileira saiu do conceito de organização criminosa e passou a ser crime institucionalizado. Temos um exemplo



muito claro, um case de tudo isso que estamos vivendo e que se chama PETROBRAS.

Todos nós aqui, de diferentes gerações, crescemos acreditando que o petróleo é nosso e que a PETROBRAS é o nosso orgulho nacional. E o que aconteceu com a nossa PETROBRAS? Conseguiram quebrar a PETROBRAS, que se transformou na empresa mais endividada do mundo. É um case.

Como isso foi possível? Foi possível porque houve um processo — o Delegado Jorge já o definiu no final da sua fala, mas vou falar um pouquinho sobre esse processo. O que acontecia? Sempre houve roubo na PETROBRAS. Está certo? Desvio. O que era aquele desvio? Era uma empreiteira grande, com um diretor corrupto que ganhava propina. Isso foi evoluindo para se transformar numa corrupção institucionalizada, em que em vez de haver dois atores, que são a empreiteira e o diretor corrupto, passa a haver um sistema que vem de cima, vem do poder político. Há os departamentos, os atores e o “rachuncho”. Isso deixou de ser uma corrupção que sempre existiu para ser uma corrupção nova e que mostra bem o que aconteceu também fora da PETROBRAS, nos fundos de pensão, nas outras estatais, nos bancos públicos e no nosso grande BNDES. Ou seja, uma ocupação do Estado brasileiro não propriamente para fazer uma justiça social, mas para tomar de assalto o dinheiro público, que é da saúde, da educação, do futuro de cada um de nós, dos nossos filhos, netos e bisnetos.

Temos um processo que vem de muito tempo. Todo mundo pergunta: “*Por que só investigam o PT?*”? O PT, efetivamente, não é o partido mais corrupto do País. Não é verdade, isso é uma inverdade. Por que focam no PT? Primeiro, porque, evidentemente, quando se investiga a corrupção, investiga-se o partido que está no poder, no Governo. O PT ficou 13 anos no poder. Você não vai investigar o Rodrigues Alves. Quer dizer, é natural que se investigue o Governo, o poder de plantão, mesmo que isso cause desdobramentos retrospectivamente e venha a atingir depois outros governos.

Segundo, houve uma mudança de comportamento da corrupção. Houve uma evolução para uma corrupção sistêmica e para uma corrupção institucionalizada. E aí pergunto: como é possível um gerente da PETROBRAS — nem diretor era — devolver 100 milhões de dólares? Como é possível acontecer uma coisa dessas?



Se uma pessoa devolve 100 milhões de dólares, primeiro: quanto guardou? Quanto gastou? Segundo: quanto roubou? Era um gerente. Essas coisas só acontecem se você tem um sistema doente que permite essas coisas acontecerem.

A partir dessa constatação, chegamos ao momento seguinte: foram com muita sede ao pote. Neste ponto, entra a sociedade brasileira. Nós estamos fazendo algo nesta sala, neste momento, com a Ana, com a Rosa, com a Sebastiana e com os Srs. Deputados. Nós estamos fazendo o processo inverso. Criou-se todo esse sistema, e agora nós o estamos destruindo e combatendo. Isso tem um marco que surgiu no passado, com a figura simbólica — não era o único, mas era simbólica — do Joaquim Barbosa, então Presidente do Supremo Tribunal Federal, em um momento muito dramático da história brasileira e que teve desdobramentos.

Junho de 2013 não aconteceu do nada. Junho de 2013 aconteceu porque a sociedade brasileira chegou a um nível de exaustão com o que vinha acontecendo. Tudo isso é um processo. Esse processo de nadar contra a maré, de voltar no tempo, de combater esses processos, envolve uma Justiça que tem como símbolo Joaquim Barbosa, tem como símbolo o Sérgio Moro. E não somente eles, porque os juízes brasileiros, hoje, são jovens preparados que estudaram muito e têm consciência do seu papel na sociedade. Há também os procuradores, guerreiros, que estão na luta, no cotidiano. Temos a Receita Federal, a Polícia Federal e a mídia. Quando um suspeito de corrupção é pego com a boca na botija, a primeira coisa que ele diz é: *“A culpa é da mídia. A culpa é da Polícia. Está todo mundo extrapolando o poder”*. Trata-se de um somatório dessas coisas. São os representantes da sociedade civil que estão conseguindo mudar esse estado de coisas.

Eu vou até dar um exemplo. Lembramos que o PT nasceu lindamente em 1980 com duas bandeiras muito caras a cada um de nós: da justiça social, porque o maior problema do Brasil continua sendo a injustiça social, e o combate à corrupção. O PT nasceu lá atrás.

E como o PT conseguiu, durante 20 anos, ser o arauto e o grande guerreiro contra a corrupção? Porque ele tinha uma aliança com os atores que combatem a corrupção. Quais são? Ministério Público, funcionário público exemplar, que sabe, quando acontece a corrupção, como vazar e denunciar, e a mídia. O que não vai



para a mídia não acontece. Faço até um parêntese aqui: o juiz Nicolau dos Santos Neto e o Senador Luiz Estevão de Oliveira Filho estavam sendo investigados havia anos por causa do desvio naquela obra do TRT de São Paulo, e nada acontecia, a Justiça lenta, todo mundo, o homem era juiz. O Lalau só foi preso e o Luiz Estevão só foi cassado, porque o assunto virou manchete dos jornais. Se não virasse manchete dos jornais, ia continuar aquele negócio ali, o juiz ia ser...

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - O Senador Luiz Estevão está preso hoje também.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Também. Eu vou chegar lá.

Dentro de tudo isso, dentro desse nosso processo de quebrar a corrupção sistêmica, de quebrar o crime institucionalizado, essas 10 Medidas são absolutamente fundamentais e vieram de fontes que são as fontes corretas para liderar esse movimento.

A SRA. SANDRA CRISTINA FERREIRA DA SILVA - Redes sociais também.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Redes sociais também, com todos os seus problemas, não é?

Houve uma junção de procuradores, sociedade civil, e nós estamos aqui debatendo essas 10 Medidas, que são exatamente a arma que nós temos para combater esse estado de coisas.

Eu, lendo as 10 Medidas, tenho algumas preocupações. Uma delas é quanto a esse teste de integridade. Eu acho muito complicado, mesmo que seja um instrumento usado pela Transparência Internacional, porque tem um limítrofe com invasão de privacidade e direitos individuais. Então, eu acho que isso tem que ser tratado com muita cautela.

Acho também que é importantíssima a questão do Código de Processo Penal, porque aí chegamos ao que o senhor estava falando. Por que o Supremo Tribunal Federal teve que criar a possibilidade de prisão em segunda instância, ou seja, por um tribunal que seja um Tribunal Regional Federal ou Tribunal de Justiça? Porque o Código de Processo Penal é falho e permite que um Luiz Estevão seja cassado e fique 16 anos depois disso driblando a Justiça, rindo da Justiça brasileira, porque o Código de Processo Penal é falho.



Não é possível que as pessoas que têm dinheiro e que têm advogados pagos a peso de ouro consigam ficar 20 anos rindo da cara de todo mundo. Nós temos exemplos aqui que eu não citarei nominalmente, mas podemos olhar para São Paulo, para Alagoas. Temos exemplos de pessoas que estão, ano após ano, semanas, décadas, enrolando e rindo da nossa cara. Por quê? Porque o Código de Processo Civil é falho. É preciso mexer nisso.

Acho também que a questão da prescrição da pena é um dado superimportante. E um detalhe: por que um juiz corrupto, que rouba dinheiro público e gera tudo isso que a Sebastiana estava falando, é afastado do serviço público e mantém a aposentadoria? Isso não é correto. Se ele roubou, está provado, foi condenado, por que ele tem que manter a aposentadoria? Ao contrário, ele tem que perder a aposentadoria e tem que devolver o que roubou. Então, acho que essa é uma questão que tem entrar no debate.

Acho também superimportante o item 10: recuperar o dinheiro que foi desviado. Esse dinheiro, esses 100 milhões que é de um gerentezinho da PETROBRAS — porque a corrupção no Brasil não é simplesinha; 100 milhões daqui, 122 milhões dali, é muito dinheiro — tem que voltar. Acho que já começou esse processo, mas tem que ser intensificado o processo de trazer o dinheiro de volta.

Eu queria entrar no lado positivo disso tudo que é o seguinte: há gente que falava, quando vocês foram colher assinaturas: *“O País não tem jeito; vamos botar fogo no Congresso, e acaba tudo”*. E, aí, vocês vêm para dentro do Congresso e descobrem que o Congresso é muito mais do que um Presidente que tem conta não sei onde e que foi cassado. Aliás, se vocês virem, o Eduardo Cunha foi cassado, o Ibsen foi afastado — coitado do Ibsen, aliás. Mas, enfim, houve punições. João Paulo Cunha, que foi Presidente, foi condenado e preso. Há mecanismos aqui dentro do Congresso Nacional que outras instituições não têm, porque o Congresso Nacional é o Poder mais vigiado, é o Poder mais transparente.

Nós jornalistas estamos ali. Se o Deputado Mendes Thame escreve alguma coisa aqui errada, há alguém que está fotografando. O outro, o Deputado Macris fala alguma besteira, há alguém que registrou e gravou. Então, é preciso não confundir a



instituição que é o símbolo da democracia com os desvios de pessoas que fazem parte dessa instituição.

Além disso, o seguinte, dizemos: *“O Brasil não tem jeito; vamos botar fogo em tudo”*. Mas vamos comparar o Brasil com os BRICS e com os países emergentes que são equivalentes ao Brasil. Podemos começar até pela China, que nem é um país tecnicamente emergente, porque é a segunda maior economia do mundo e logo será a primeira. A China é um regime fechado hiper, supercorrupto. Porém, lá não existe Lava-Jato, lá não existe uma Polícia Federal, não existe imprensa, não existem os mecanismos, não existe Tribunal de Contas. A China é altamente corrupta.

A Rússia é famosa pela corrupção. África do Sul, Índia, México, e podemos ir avante. Qual deles está dando exemplo ao mundo ao mexer nas suas entranhas como o Brasil está fazendo? Eu acho que nós teremos, daqui a alguns anos, o orgulho de ver outros países que hoje nos criticam imitando os nossos processos e comprovando que nós estamos na vanguarda de um processo de combate à corrupção que envolve as próprias instituições, envolve a sociedade, envolve todos os atores políticos importantes do País. Então, eu acho que nós estamos dando um exemplo. Tudo isso dói, é assustador, mas vem para ficar.

Agora, eu, como mulher, queria falar uma coisa interessante. Tanto a Ana quanto a Rosa e a Sebastiana falaram da participação da mulher. Eu não sei se vocês têm noção de que o que vocês estão fazendo se chama política. E pode todo o mundo virar o nariz para a política e para políticos, mas é a política que move o mundo. O que vocês estão fazendo é política. Nós todos aqui hoje neste momento estamos fazendo política, só que olhem: a bancada parlamentar é toda masculina. Passa para lá a bancada majoritariamente feminina.

Então, eu acho que é preciso que a mulher participe mais da política institucional. Em vez de ficar de fora para dentro, venha para dentro, para participar de dentro desse nosso grande processo de mudança e de agitação para mudar o nosso País.

Muito obrigada.

Mais uma vez, é uma honra estar aqui hoje. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jhc) - Nós agradecemos à última expositora, Eliane Cantanhêde, que fez aqui uma exposição muito lúcida.

Também é uma imensa satisfação ter aqui ao nosso lado no dia de hoje a Ana, a Rosa, a Sebastiana, guerreiras lutando por um Brasil mais justo, um Brasil mais sério. Que possamos estar sempre persistindo e perseguindo os nossos objetivos no combate à corrupção.

Agradeço também ao Dr. Jorge Barbosa Pontes.

Encerradas as exposições, passaremos aos debates, obedecendo à ordem de inscrição.

Com a palavra o Sr. Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Bom dia a todos.

Eu quero agradecer ao Delegado Jorge Barbosa Pontes a presença e as suas contribuições; à amiga já de muitos anos Eliane Cantanhêde e ao seu talento reiterado na apresentação de hoje, à Rosa Richter, à Ana Paula Sayão, à Sebastiana, as palavras, a presença e o cheiro da rua que trouxeram para esta sessão de hoje.

Esta sessão permite, Presidente Passarinho, Vice-Presidente Jhc, que procuremos construir a moldura do momento, das 10 Medidas contra a Corrupção.

Primeiro, talvez fosse importante voltarmos ao passado e entendermos por que, no mensalão, se teve que buscar a teoria alemã do domínio do fato para se poder fazer a condenação e por que algumas semanas atrás foram extremamente criticadas a coragem e a clareza com que a força-tarefa trabalhou, mostrando como era estruturado o sistema de poder no Brasil. E o sistema de poder estava intrinsecamente ligado a uma organização criminosa que se apossou do Estado brasileiro. Essa organização criminosa tinha, sim, um projeto de poder de 40 anos.

Eliane, eu estou escrevendo e devo lançar em março o terceiro *A Máfia da Estrela*. Houve *A Máfia da Estrela 1*, logo depois da CPI dos Correios; houve *A Máfia da Estrela 2*, no julgamento da Ação Penal 470; haverá o petrolão e a queda do império. E ele vai abrir com o seguinte capítulo: *Profecia*.

Em fevereiro de 2003, no meu primeiro mês de mandato federal, aqui nesta Casa, eu escrevi um artigo no *Jornal do Brasil* que se chamava *A Mexicanização do Brasil*. Eu fazia um paralelo entre o PRI mexicano — que ficou 6 décadas no México,



usando um método que Vargas Llosa chamou de “ditadura perfeita”, porque misturava governo, poder e partido — e o risco que o Brasil corria de repetir essa experiência.

Aí vamos traçar um paralelo entre o mensalão e o petrolão — e há duas diferenças fundamentais. Eu já chamei a atenção aqui e vou me reportar a isso, porque aqui está a voz das ruas e aqui está uma das jornalistas pelas quais eu tenho o maior respeito no jornalismo brasileiro.

A diferença entre mensalão e petrolão está em dois projetos de lei, os dois solicitados por um jovem juiz que, em dezembro de 2005, se sentou na CPI dos Correios, na Sub-Relatoria de normas de combate à corrupção e pediu que o crime de lavagem de dinheiro deixasse de ser um crime acessório para ser um crime principal — hoje é de 2 a 8 anos. É por isso que chegam aquelas contas de 150 ou 200 anos. Claro, depois há a dosimetria. Mas isso ajuda, com a delação premiada, que saibamos quem é o *capo* da organização criminosa, quem são os grandes comandantes.

E eu me lembro daquele jovem juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, que era a única vara especializada, desde aquela época até os dias de hoje, em combate à lavagem de dinheiro no Brasil. Desde a Operação Beacon Hill, em agosto de 2004, derivada da CPI do BANESTADO, começaram a prender os doleiros.

Lá foi preso Alberto Youssef. Naquele período descobriram que o apelido dele era Beto. Dois primos discutiam aqui no posto da fonte — o primo daqui e o primo de lá —, e só porque o primo daqui, atrapalhado no meio do debate, falou “*Beto*” é que temos a Lava-Jato; senão não a teríamos.

Portanto, delação premiada e lavagem de dinheiro como crime principal são os grandes elementos diferenciadores do que foi o mensalão e do que é o petrolão.

Existem dois grandes episódios de combate à corrupção no planeta Terra a partir do século XX: um na Itália, a Mani Pulite, e outro aqui. E nós só estamos aqui porque aquela meninada de Curitiba — e tenho autoridade para falar assim, porque poderia ser pai de muitos deles —, aqueles jovens procuradores, alertados pelo drama italiano... A Itália virou o país mais corrupto depois da Operação Mãos Limpas, porque foi a forma como reagiu o Congresso italiano, fragilizando seus



controles, sua legislação, porque se sentiu afrontado pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.

Com essa experiência, eles trouxeram as 10 Medidas contra a Corrupção, outro fenômeno do que chamo “a nova cidadania”, que aqui Sebastiana, Ana Paula e Rosa representam com perfeição. Ou seja, é a nova cidadania que nasce no Brasil, com a qual as pessoas se apropriam da sua nacionalidade, do seu País, sem partido político, sem compromisso partidário, sem ideologia clara ou definida, e apenas com um propósito: um País decente. Aí, através das redes sociais, acabaram construindo esta possibilidade, as 10 Medidas, por meio da qual, de maneira inteligente, o Ministério Público e a força-tarefa da Operação Lava-Jato nos provocam. Agora é nossa vez de responder, com uma legislação capaz de responder a cada estímulo da força-tarefa.

Vou rapidamente passar por elas. Quando chegaram aqui, havia outro elemento, quase unificador do discurso. Eu me lembro do Deputado Rubens Bueno, em mais de uma oportunidade, no início desse processo, em agosto, dizendo: *“Esta é uma Casa onde o debate e o diálogo devem ser feitos”*. E nós recebíamos um *input* que vinha das ruas dizendo: *“Não se pode mexer em nada”*. Nós precisamos melhorar o que veio de bom para cá.

Agora, não existe nada imexível no momento em que se chega a um debate parlamentar da profundidade deste, com 84 depoentes. Por aqui passaram todas as correntes das mais variadas linhas jurídicas: garantistas, liberais, conservadores; aqui vieram os que tinham interesses lícitos e os que tinham interesses nem tão lícitos assim. Mas nós tivemos resiliência, paciência, ouvimos, analisamos, filtramos. E podemos responder que a primeira medida — que na verdade é um conceito de prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação — vamos transformar num binômio que se chame “transparência e integridade”. Não apenas nos tribunais federais, estaduais ou no Ministério Público, haverá aquele ato, que os americanos chamam de *accountability*, que aqui vamos chamar de “transparência e integridade” e obrigar os partidos políticos a ter no seu estatuto. Ou seja, tem que haver mudança de atitude, e que incida na cultura da população brasileira.

Nós temos que combater a impunidade, que era o foco e a *expertise* do Ministério Público. E esta Comissão, Presidente Jarbas Passarinho... Perdão,



Joaquim Passarinho, é uma homenagem ao seu avô, que sempre foi uma inspiração para todos nós.

No primeiro contato que tomamos com a força-tarefa em Curitiba, com o Dr. Sérgio Moro, nós dissemos aos dois que no processo legislativo o ótimo sempre foi inimigo do bom e que poderíamos avançar em 4 meses o que, em condições normais, levaríamos 5 ou 8 anos. Basta ver o pedido de Sérgio Moro, em 2005, a Lei de Lavagem de Dinheiro, que leva uns 5 anos para ser aprovada no Parlamento, e a regulamentação da delação premiada, que levou uns 8 anos, desde o pedido de Sérgio Moro.

Então, podemos avançar muito com essa capacidade que vocês testemunharam dos Parlamentares que estão aqui no debate, dialogando com a academia, com Ministro do STF, com ex-Ministro do TSE, como ontem esteve aqui o Dr. Eduardo Alckmin, como esteve aqui o Procurador Eleitoral para tratar da criminalização do caixa dois com a luz acesa — não no escurinho do plenário, com a luz acesa —, um olhando para a cara do outro e tentando buscar um texto que faça aquilo que a sociedade quer e que a boa política brasileira precisa: exorcizar o fantasma e pintá-lo bem direitinho, para saber por onde anda. Aí, quem se agarrar a ele paga a conta. É disso que nós precisamos.

Com relação à Medida nº 1, eu quero lembrar que naqueles processos de se retirar um valor das verbas de publicidade da União, Estados e Municípios há um problema constitucional. A ideia é boa, mas nós não podemos interferir na vida das cidades e dos Estados ao reservar ou alocar um recurso. Por essa razão, vamos criar sim um Fundo Nacional de Combate à Corrupção. Temos um consultor especializado nessa área orçamentária exatamente para montar esse fundo e ajudar a mudar a cultura do Brasil no tocante ao combate à corrupção.

Depois avançamos até o item da criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos. Esse é um texto que, da forma como mandou o Ministério Público, será aprovado, a princípio, *in totum*, sem alterações, porque está adequado legislativa e constitucionalmente. E nós vamos ter o Brasil honrando aquilo que já assinou internacionalmente: criminalização do enriquecimento ilícito de agente público. Muitos dizem: “Mas, como? Vão tratar corrupção como homicídio?” Esperem aí! O dinheiro que é retirado da UTI do hospital faz o quê? Mata! Esse é o fato!



Então, é claro que vamos tratar como homicídio. Não é mudança cultural que nós vamos fazer? Tem que haver sinalização clara: roubar dinheiro público é igual a matar. É simples, triste e duro. Mas é isso.

E por que temos que fazer a transformação para crime hediondo? “*Ora, agora no Brasil tudo é hediondo!*” Não, é muito menos por ser crime hediondo e muito mais para evitar o indulto de Natal. Ou alguém aqui já se esqueceu de que os mensaleiros todos saíram faceiros nos indultos natalinos? Nós não podemos contar que, amanhã, quem estará no poder será A, B ou C. Nós temos que criar regras em que qualquer um — qualquer um! —, do mais humilde ao mais poderoso brasileiro, se cruzar a linha final da lei, paga a conta. É isso que vai estar no nosso relatório. E tem que valer para todo mundo

Da mesma maneira os recursos manifestamente protelatórios vão ser tratados. Estamos quebrando a cabeça com nossa consultoria, que é de extraordinária qualidade, exatamente para encontrar o ponto adequado.

Quero fazer uma salvaguarda e agradecer à Eliane, que lembrou os direitos e garantias individuais, que são intocáveis — intocáveis! Em relação ao *habeas corpus*, nós vamos manter hígido, dentro do princípio constitucional. É uma salvaguarda não apenas constitucional, mas histórica da sociedade brasileira e deve ser mantida. Apenas vamos impedir o pula-pula à distância, equivocadamente feito pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Então, vão ter que ser obrigatoriamente respeitados esse tais pontos. Ou seja, esta Comissão vai trabalhar como sempre dissemos. Em algumas sessões, eu trouxe a Constituição para lembrar que juramos defendê-la. É nosso dever fazer essa preservação.

Quero lembrar que, se não for *habeas corpus*, usa-se com mandado de segurança o mesmo instrumento de garantias de direitos que se faz com *habeas corpus*. Então, seria inócuo tratar da restrição de um instrumento que tem tradição democrática e simbologia tão importantes. Quando nós saímos das trevas, uma das primeiras vitórias que a sociedade brasileira teve foi o *habeas corpus*.

Aqui estou adiantando um trecho importante. Talvez até em homenagem à presença de representação da sociedade civil, faço este pequeno balanço parcial.

A mesma coisa é a agilização na tramitação das ações de improbidade administrativa, que precisamos fazer, e com a salvaguarda de que, se o juiz julgar



improcedente, vai ser ótimo para servidor público, porque vai liquidar a improbidade no nascedouro. Não vai ficar aquela Espada de Dâmocles na cabeça. Isso é algo muito relevante. Além da criação de câmaras especiais para tratar apenas desse tema, já que nós precisamos avançar bastante nisso.

Nós vamos acabar com o instituto da vedação da prescrição retroativa, um jabuti brasileiro que tem que acabar. Vamos, é claro, analisar com muito critério as questões que envolvem prescrição penal.

Avanço para as nulidades do processo penal brasileiro. Também estamos com muita cautela em relação à prova ilícita. Já foi bastante debatido aqui. Nós sabíamos que a parte do direito americano que veio para o Brasil, a árvore do fruto envenenado da prova ilícita, veio muito pró-réu e muito pouco pró-sociedade. Temos que achar um caminho para reequilibrar isso. Não dá para dizer: *“Ah, está lá na Constituição”*. Não é bem assim que está lá na Constituição. Há um debate de que é possível infraconstitucionalmente se estabelecerem alguns parâmetros. Por que um sujeito que anotou o número errado e entrou no apartamento errado, onde há um cadáver, uma mala de dinheiro ou uma sacola de cocaína, tem que fechar a porta e dizer: *“Não tem mandado certo, eu tenho que ir embora”*. Quem perde com isso? A sociedade. Temos que achar um caminho. Ainda não temos a fórmula, mas estamos quebrando a cabeça para ver como fazemos.

Os itens da responsabilização dos partidos políticos e a criminalização do caixa dois nós fizemos ontem, às claras, e com bom volume de concordância. Então, isso está bastante maduro.

Avanço para a Medida nº 9, sobre prisão preventiva para assegurar a devolução de dinheiro desviado. Aqui quero fazer uma homenagem ao Deputado Rubens Bueno, que tinha um projeto tramitando na Casa, além de outras matérias e conceitos que vamos incorporar — e vamos nominar todos os Parlamentares que contribuíram. Eles oferecem uma alternativa, a interrupção do prazo prescricional enquanto não quitar, digamos assim, ou seja, entregar onde está o dinheiro ou fazer a quitação. Talvez esse seja um caminho, porque a prisão preventiva não encontra guarida no nosso estamento. Essa nova figura de prisão preventiva não atende, e muito provavelmente o Supremo Tribunal Federal a derrubaria, nós caminhássemos nessa direção. Mas estamos achando uma forma para obter o mesmo resultado.



Quanto à recuperação do lucro derivado do crime, que é perda civil de bens e ação de extinção de domínio, são fatos que temos uma maioria bastante sólida aqui e devemos caminhar com os cuidados constitucionais necessários nessa linha.

Estamos ainda agregando o reportante do bem, Delegado Jorge Pontes. A ENCCLA — Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro esteve aqui há 2 semanas, trazendo a ideia do *whistleblower*, que vamos chamar de reportante do bem, e trazer a sociedade não apenas para combater a corrupção, mas todo e qualquer ilícito ou irregularidade. Ou seja, nós vamos criar um mecanismo para que as Veninas Velosas da vida possam ter um lugar para desaguar suas leituras e talvez impedir o Brasil de perder tanto dinheiro como perdemos, por exemplo, na RNEST — Refinaria Abreu e Lima.

Estamos trabalhando também com um alerta muito importante que recebemos de um acadêmico: a possibilidade de acordo penal, confissão de culpa, o *plea bargaining* americano, que é tentar encontrar uma fórmula que nos permita desobstruir a Justiça. A Justiça que tarda é que dá essa sensação de impunidade. Se pudermos acordar entre Defesa e Promotoria, com a homologação óbvia do juiz, podemos diminuir significativamente o volume de trabalho que a Justiça brasileira tem. Estima-se que em torno de 30% de todos os processos da área criminal poderiam ser resolvidos com esse mecanismo.

Quanto à execução provisória ou o cumprimento da pena em segunda instância, vamos reproduzir a decisão do Supremo Tribunal Federal: uma vez cumpridos todos os recursos ordinários e confirmada a decisão, o cumprimento da pena é imediato.

Vou contar rapidamente a história de Nicolao e Luiz Estevão e concluir, Presidente, em homenagem à Eliane Cantanhêde, que conhece bem. Eu vi Luiz Estevão se jactar em um salão de barbeiro aqui em Brasília de que faltavam xis anos para a prescrição. Naquela época, já havia 38 recursos, embargos diferentes. Por que o Supremo Tribunal Federal acabou tomando a decisão que tomou e, graças a Deus, aquela corajosa Presidente reiterou a decisão de fevereiro? Porque dos 194 países da ONU, apenas o Brasil não cumpria o condenado à pena após a segunda instância de condenação. Agora estamos iguais aos nossos 193 irmãos da ONU: 100% dos signatários da ONU no planeta, após condenação em segunda



instância, sem abrir mão dos recursos extraordinários ou especiais, continuam garantidas as liberdades dos direitos individuais, botam para cumprir a pena, na medida em que não há mais matéria de fato para ser discutida. Dr. Fábio, é só matéria de Direito.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que fiz, pela primeira vez, um minibalço de como o corpo técnico está trabalhando. Há muitas especificidades no que eu disse. Mas eu o fiz em homenagem, primeiro, aos representantes da Polícia Federal, que merecem todo o nosso reconhecimento e homenagens, Dr. Daiello e Dr. Igor, que estiveram aqui conosco, depois à imprensa brasileira, porque sem ela, como existe hoje no País, seguramente não teríamos a possibilidade de estar aqui fazendo o que estamos fazendo.

Então, a ti, Eliane, nosso reconhecimento e gratidão sempre pela qualidade crítica do teu trabalho e inclusive pelos momentos em que, por meio da crítica, tu nos botas a pensar e a mudar comportamentos. Muito obrigado. Isso faz sempre bem para um Parlamento que quer o melhor para o País.

Quero agradecer mais uma vez à Sebastiana, com seu depoimento emocionado, que nos emocionou a todos, à Rosa Richter, à Ana Paula. Deixo o meu muito obrigado a todos aqueles que nos permitiram chegar aqui e que vão nos permitir construir outro Brasil a partir deste momento.

Termino lembrando aqui palavras de Eliane: *“Hoje o Brasil é visto como referência e como exemplo. Que a gente possa ser um farol”*. Ou, como dizem na minha terra, Deputado Maldaner, um sinuelo para todos os países latino-americanos, que, espelhados no Brasil, possam mudar suas leis e vencer ou isolar a corrupção, para que ela seja apenas um ato eventual e não este mar de lama que parece tomou conta da América Latina e nunca nos abandona. Um dia vai nos abandonar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni. É sempre muito bom ouvi-lo, com suas posições firmes, seguras.

Estamos com a sociedade civil aqui, outras pessoas que poderiam participar deste debate tanto quanto Ana e Rosa. Quero registrar e agradecer a presença à



Sandra Cristina Ferreira da Silva, professora de ensino fundamental no Rio de Janeiro; a Maciel Joaquim, escultor do Rio Grande do Sul, também das tradições gaúchas; à. Lúcia Maria Félix, do Movimento Brasil Livre e Movimento Brasil Futuro, sempre presente conosco. Assim como estas duas mulheres que participam da Mesa, vocês poderiam muito bem estar representando a sociedade.

A Ordem do Dia ainda não começou. O Relator pediu para ainda ouvirmos pessoas neste tempo que falta. Temos alguns requerimentos, que vamos votar.

Requerimento nº 120, de 2016, do Deputado Stefano Aguiar, que convida o Sr. Abraão Soares Dias dos Santos Gracco, Advogado da União, para comparecer em audiência pública.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 121, de 2016, do Deputado Luiz Carlos Hauly, que convida o Sr. Kleber Cabral, Presidente da União Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, para comparecer em audiência pública.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 122, de 2016, do Deputado Luiz Carlos Hauly, que convida a Associação Nacional dos Advogados da União — ANAUNI, representada pelos Advogados da União Vinícius Torquetti Domingos Rocha e Vitor Pierantoni Campos, para comparecer em audiência pública.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 123, de 2016, do Deputado Onyx Lorenzoni, que convida o Prof. Dr. Luiz Regis Prado para comparecer em audiência pública.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.



Requerimento nº 124, de 2016, do Deputado Onyx Lorenzoni, que convida o Prof. Dr. Alberto Zacharias Toron para comparecer em audiência pública.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Passemos às considerações dos nossos convidados, que podem falar sobre as análises do Relator e dos outros palestrantes.

Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. Jorge Barbosa Pontes. *(Pausa.)* Já saiu.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Não seria mais interessante que já abrissemos a palavra para pelo menos três ou quatro Deputados, até para ganharmos tempo, haja vista que logo seremos convocados para o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, sem problema. Vamos chamar, então, os três primeiros inscritos: Antonio Carlos Mendes Thame, Celso Maldaner e Rubens Bueno, como Líder. Nossos convidados podem anotar qualquer observação já feita

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores painelistas, representantes da sociedade civil organizada aqui presentes, nossa pretensão é mudar a legislação. Na realidade, o que ouvimos hoje é a confirmação daquilo que temos sempre falado, e desta vez confirmado pelas colocações da Dra. Rosa Richter, Dra. Ana Paula Sayão, Dra. Tiana, da Sra. Eliane Cantanhêde e do Dr. Jorge Pontes, que colocaram com clareza que o que muda é a legislação.

Os países que deram certo no combate à corrupção foram aqueles que atuaram simultaneamente — ao mesmo tempo — em três vertentes: Legislativo, órgãos de combate à corrupção e criação de mentalidade de tolerância da população zero à corrupção. Esta é a mais importante de todas, porque na hora em que tenho tolerância zero, na hora em que tenho consciência popular, consigo influir



no Legislativo, nas eleições, no Executivo e nos órgãos de combate à corrupção, de tal forma que todo o aparato do País se volta para combater a corrupção e evitar esse tremendo desgaste, essa verdadeira guerra, como colocou muito bem a Dra. Rosa, que é o desvio de recursos, que chega a 200 bilhões de reais — com “b” de bola — por ano desviados, da corrupção.

Ouvimos pela primeira vez — e hoje eu queria reforçar essa pergunta — do Dr. Jorge Pontes sobre a diferença entre corrupção generalizada e corrupção institucionalizada. Há um tipo novo de corrupção em que o Estado coloca todo o seu aparato do Poder Executivo. Temos que combatê-la com organismos de igual força.

É esta a minha primeira pergunta, reforçando as colocações que já foram feitas pela Dra. Rosa, pela Dra. Ana Paula, por Eliane, por Tiana e que foram objetos da pergunta dessa colocação inicial do Dr. Jorge Pontes: se nós temos um tipo especial de corrupto, que é o agente público institucionalizado, não apenas generalizado, estas 10 Medidas são suficientes ou, na opinião daqueles que vêm hoje trazer sua contribuição, ainda falta alguma coisa? Nós temos que continuar permanentemente nessa luta ou poderíamos aproveitar algumas contribuições da Sra. Eliane, do Dr. Jorge, da Dra. Rosa, da Dra. Ana Paula, da Sra. Tiana e dos demais representantes da sociedade civil organizada, para a criação de um novo País, onde a impunidade seja coisa do passado, onde a regra seja ser honesto, e não a exceção, onde nós possamos ter pessoas honestas administrando as coisas públicas com a convicção, a tranquilidade para todos nós de que os recursos públicos sejam destinados àqueles que deles mais precisam.

Era isso que eu tinha para dizer. É uma pergunta para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. É um prazer ter V.Exa. aqui novamente.

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, Deputado Onyx Lorenzoni, que já deu uma prévia do que será o relatório, muito importante, Ana Paula, Rosa Richter, Eliane Cantanhêde, Jorge Pontes, Sebastiana Wawelberg, que com muita emoção nos trouxe a realidade, representando a sociedade civil, meus cumprimentos.



Eu não tenho pergunta especificamente a nenhum palestrante. Apenas, além de fazer uma homenagem a todos que se posicionaram aqui hoje, principalmente representando a sociedade civil, eu gostaria de dizer que, talvez, em relação à reforma política que vai acontecer agora, sobre a transparência dos recursos partidários, precisaria a sociedade civil acompanhar mais como é feita essa transparência. Sabemos, pelos estatutos de cada partido, como é feita a distribuição, mas falta transparência, porque sentimos nas eleições municipais que o fundo partidário não chega aos Municípios praticamente.

Eu acho que é preciso acompanhar mais de perto essa questão da transparência dos recursos, que provavelmente vão ser aumentados. Não acredito que vão enfrentar uma eleição, em 2018, para Presidente da República, Governadores, Deputados Federais e Estaduais e Senadores com esses valores. Precisamos aprofundar mais a transparência nessa questão.

Também quero pedir apoio para a Proposta de Emenda à Constituição nº 247, de 2016, de minha autoria, que tramita na Casa e que é bastante radical: acaba com o foro privilegiado para todos, indistintamente. Eu gostaria de pedir apoio da sociedade civil a ela. Já temos movimento das ruas. Acabar com essa prerrogativa de foro privilegiado é fundamental. Nós temos que ser todos iguais perante a lei. Esse é o pedido que faço.

Fazer política é sacerdócio, é usar de empatia, é se colocar no lugar dos outros. Eu sempre aprendo muito com as mulheres. Sempre digo que têm mais intuição, são mais criativas, têm mais sensibilidade do que os homens. E são mais honestas — em regra geral. Tenho isso comigo, porque é mais constrangedor corromper uma mulher. Por exemplo, um empreiteiro falar com uma Prefeita, Governadora, é mais constrangedor. Ela tem mais sensibilidade e é mais honesta por natureza. Quero homenageá-las por terem mais sensibilidade.

Eu sei que para ser político a pessoa tem que ter sensibilidade, usar de empatia, colocar-se no lugar dos outros, e a mulher tem muito disso. Eu acho que as pessoas que têm mais sensibilidade sofrem muito mais na face da terra. Eu vi isso aqui no depoimento dela. Acho que as pessoas sofrem mais porque se colocam no lugar dos outros, daquela menina que precisava de um antebraço e não tinha.



Essa é a homenagem que quero fazer. São essas pessoas sensíveis que sofrem mais, que sonham mais, que amam mais, e são mais felizes. Essa é a homenagem que quero fazer às mulheres que vieram dar seus depoimentos e trazer seu entusiasmo para não esmorecermos e continuarmos nessa luta para aprovar as 10 Medidas contra a Corrupção.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Celso Maldaner.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, por 6 minutos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores convidados, o Delegado Jorge Barbosa Pontes falou sobre crime organizado e crime institucionalizado e lembrou que crime institucionalizado não é aquele que está na periferia do poder, e sim no núcleo do poder. E sabemos que isso tudo acontece no Brasil. Recentemente tivemos uma descoberta larga, profunda, em que envolvidos são não só diretores, gerentes da PETROBRAS, mas também Ministros e até ex-Presidente da República. Eu disse que um Presidente da República está fazendo o País passar uma grande vergonha internacional por receber tantas denúncias num prazo tão curto quanto esse.

Minha pergunta é a seguinte: qual é sua sugestão, ou sugestões, para que nesta discussão possamos integrar algo que possa melhorar o projeto nesse sentido do crime institucionalizado?

Ana Paula e Rosa Richter falaram sobre os movimentos da sociedade civil e Eliane Cantanhêde, sobre alguns projetos, e o Relator indicou. O Deputado Arnaldo Jordy e eu somos autores da Proposta de Emenda à Constituição nº 163, de 2012, que trata da possibilidade de acabar com a aposentadoria de magistrados em caso de crimes disciplinares e que está aguardando parecer da CCJ. Já há parecer contrário da Relatora. Existe um luta grande para que isso realmente aconteça.

Há juízes que vendem sentença e Desembargadores envolvidos com o mundo do crime, e que são aposentados como prêmio. E nós sociedade pagamos a conta. O ideal seria a sociedade civil ir à CCJ, com a Relatora, e ajudar o País a passar também a limpo o que acontece na Justiça brasileira, que é algo muito grave. Não há Justiça no mundo tão fechada como a nossa.



A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Qual é o argumento da Relatora?
Desculpe-me romper o protocolo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não tenho aqui, Eliane. Tenho que dar uma olhada no parecer que emitii. Até posso enviá-lo depois.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Deputado Rubens Bueno, a dificuldade lá pode ser a solução para nosso projeto. Poderíamos trazer esse projeto para cá e trabalhar nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, já solicito à Patrícia que se encarregue disso, juntamente com o Presidente Joaquim Passarinho e o Relator Onyx Lorenzoni.

Também apresentamos a PEC — o Deputado Celso Maldaner falou sobre isso há pouco — que trata do fim do foro privilegiado. Não é possível que tenhamos brasileiros da primeira, segunda, terceira, quarta, quinta classe. Há quantos anos nossa PEC está aqui para discutirmos, debatermos? No Brasil milhares têm foro privilegiado, enquanto em alguns países, o Presidente do Supremo, o Presidente da República, o Primeiro Ministro. No Brasil, repito, milhares têm foro privilegiado.

Outra medida também é interessante. Nós tratamos de corrupção e quero chamar a atenção dos debatedores e dos Parlamentares para o fato de que muito do que acontece são as obras contratadas e o festival de aditivos que multiplicam, triplicam, quintuplicam os valores das obras.

O que nós apresentamos? Apresentamos um projeto, como os americanos fizeram há mais de 100 anos, para resolver o grande problema da corrupção nas obras públicas, que é o seguro-garantia. No seguro-garantia — o *Performance Bond* — temos algo que foi contratado e será concluído no prazo. Ganha Governo, sociedade e a própria seguradora, que passa a ser responsável por aquilo que contratou. Esse é um problema que temos que resolver. E a raiz dele está exatamente na contratação e nos aditivos das obras públicas.

Finalmente, temos um projeto que altera, tipifica como ato de improbidade administrativa o crime de responsabilidade, a utilização da publicidade oficial para promoção pessoal. Isso é grave e faz parte das raízes de onde vem a corrupção da sociedade, especialmente dos Governos que tratam da promoção pessoal.



Faço apenas o registro de que eu não estaria aqui falando dos meus projetos, como nunca falei, mas, como o Deputado Onyx Lorenzoni levantou a questão, comentei o assunto apenas para ilustrar a fala da nossa estimada Eliane Cantanhêde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno. V.Exa. é sempre muito participativo. Sua presença é muito bem-vinda.

Vamos passar a palavra aos integrantes da Mesa e depois aos quatro Deputados que faltam.

Com a palavra o Dr. Jorge Barbosa Pontes.

O SR. JORGE BARBOSA PONTES - Obrigado pelas perguntas. Na verdade, estas 10 Medidas não vão resolver tudo, mas a iniciativa já vai iniciar um grande debate, e tenho certeza de que vão sair daí diversas soluções.

Infelizmente, tenho que trazer meu testemunho de delegado, de agente, de 30 anos de trabalho na Polícia Federal. O policial federal observa os intestinos de tudo isso que acontece. Nossas investigações nos trazem essas situações. Depois começamos a refletir sobre tudo que observamos e chegamos a essas conclusões.

Uma das conclusões a que chego, principalmente sobre essa questão da Justiça Criminal, é que o Brasil é um país inacabado. O Estado brasileiro não está acabado e inclusive está construído para que não funcione. Toda essa intocabilidade das pessoas foi construída de cabeça pensada.

O foro privilegiado até passou batido na minha lista. Eu não esperava ser o primeiro, havia outra ordem, e acabei deixando passar o tema. O foro privilegiado é uma excrescência, tem que acabar, principalmente o foro privilegiado para investigar — ainda tem isso! Há cidadãos brasileiros que, pelas suas funções, não são investigados pela Polícia Federal.

Que República é esta? Como nós podemos viver em uma República onde um grupo de pessoas — em razão de suas funções, obviamente, de grande responsabilidade — não pode ser investigado pela Polícia Federal? Nós não podemos investigá-las, quem investiga são os tribunais. Isso precisa ser mudado. Nós precisamos terminar a construção do Estado brasileiro e um dos pontos



fundamentais é freios e contrapesos. Por isso coloco a autonomia da Polícia Federal, na verdade, o mandato do Diretor-Geral, que é um elemento de freio e contrapeso.

Na construção dos Estados Unidos — país que tem muitos defeitos, mas tem muitas qualidades —, dentre os que eles chamam de pais fundadores, os *founding fathers*, um em especial, que fundou a Universidade de Virgínia, de quem não me recordo o nome, disse: “O poder que estão me dando aqui agora é um perigo”. Ele percebeu que o poder que estavam delegando a ele, na concepção da Constituição americana, em 30 anos se viraria contra o povo americano.

Eles foram além do que os franceses pensaram sobre a independência dos três Poderes e criaram os freios e contrapesos, que é uma forma de se pegar uma autoridade com grande poder e criar, fora do âmbito daquela autoridade, um elemento que controle. Quem fiscaliza o fiscal?

Então, isto é fundamental: o fim do foro privilegiado. A Polícia Federal não é parte — isso é interessantíssimo. Ela busca trabalhar com o Código de Processo Penal e com o Código Penal. Sua missão é a busca da verdade real. O que é a verdade real? A verdade, o que aconteceu, ao contrário do Direito Civil, em que pode haver um acordo entre as partes. Por exemplo, os sujeitos estão brigando por um terreno. Mas surge um caminhão e a pessoa diz que não quer mais o terreno, que aceita o caminhão. É feito um acordo e sai todo mundo satisfeito.

No Direito Penal não posso chegar e dizer: “Olha, foi o senhor que matou, mas eu vou pegar o Fulano. Foi o senhor que desviou estas verbas aqui, mas como o senhor é do partido que apoia o Governo, vou pegar outro lá”. Não pode. A Polícia Federal busca a verdade real. Então, por conta disso, nós precisamos de blindagem para seguir na busca da verdade real.

Por que tudo isso aconteceu bem dentro da investigação da Operação Lava-Jato? Porque nós policiais federais, agentes, delegados — temos no DNA —, sabemos disso. Temos uma blindagem pessoal, mas não institucional: ficamos sim sujeitos a influências, a pressões, a esse mau hálito político.

Vou passar um pouco do tempo e tentar explicar algo interessante que o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame provocou com uma pergunta e que atende um pouco ao que Eliane Cantanhêde colocou aqui.



É um equívoco dizer que o PT inventou a corrupção. Esse é um erro crasso, um absurdo. A corrupção no Brasil é endêmica, é, de alguma forma, sistêmica, só que estava esparsa, existia em Ministérios, na PETROBRAS, em esquemas. Ela não recebia a bênção do Poder Central. Entenderam? Isso eu digo há 2 anos nos meus estudos. Ela não recebia a bênção do Poder Central.

Vamos usar a Física, a Mecânica, o s0, o ponto de partida da corrupção. Não falo nem em corrupção, mas em crime institucionalizado. Se falarmos em corrupção, estaremos cometendo um pequeno equívoco, porque há fraude, ameaça. Existem, talvez, 20 tipos penais. Nós chamamos isso de crime institucionalizado, é um novo animal, dez andares acima do crime organizado.

O s0, o ponto de partida se deu num dia em que um projeto de poder tomou o Governo e centralizou tudo num lugar chamado Casa Civil. Levaram uma prancheta, pegaram os principais esquemas e levaram para a Casa Civil, com centenas de casos esparsos em todos os órgãos públicos. Nasceu uma inteligência. Essa iniciativa foi uma inteligência de coordenar e controlar esses esquemas; foi deslocada e unificada no centro do Poder, centralizou e emprestou um caráter tentacular.

O que eles fizeram dentro da Casa Civil foi fazê-la funcionar como *holding* para todos esses esquemas — PETROBRAS, Correios, etc. —, para alimentar um projeto de poder. Isso está claro hoje. Digo isso com tranquilidade — dizia há 2 anos —, porque a investigação dos meus colegas em Curitiba, do Juiz Sérgio Moro, dos Procuradores da República, simplesmente confirmaram tudo isso. Tanto é que o primeiro Ministro da Casa Civil está preso por dois motivos: mensalão e petrolão, que nada mais são do que duas rodas na mesma engrenagem. Está muito claro.

Por isso temos que ter freios e contrapesos, por isso temos que ir um pouco além. Estas 10 Medidas, do Ministério Público, são mais do que louváveis. Temos que deixar de lado o corporativismo. A Polícia Federal tem muito que contribuir, principalmente no aspecto da autonomia. Mas não podemos ficar só aí, temos que terminar a construção do Estado, a criação de freios e contrapesos.

Para finalizar, são 11 Ministros do Supremo. Mas quem os investiga? Como se inicia uma investigação em relação a eles? Por que estariam acima de tudo e de todos? Por quê? Nós temos que ver isso. Pode ser que surja alguma coisa. Temos



que ver, temos que pensar o Estado. Isso tem que ser pensado, tem que ser enfrentado pela sociedade sem medo. Nós somos cidadãos, pagamos nossos impostos. Isso nós temos que ver, para todos os cargos, todas as funções.

São apenas 11 Ministros, mas não são deuses, não são intocáveis. Se um dia um deles se envolver com a plataforma de poder que os indicou, ele não pode ficar fora do alcance da lei. Não pode! E isso tem que ser dito por qualquer um, pelo mais humilde dos cidadãos. Até porque todo poder que um Ministro do Supremo Tribunal Federal exerce é em meu nome como cidadão. O poder não é dele. Isso é muito importante ser dito. E nós temos que enfrentar isso.

Outra coisa. Não há outro local que não seja o Congresso Nacional para contemplar o nosso Estado com essas mudanças, porque aqui são feitas as leis.

Temos que enfrentar. Não podemos ter medo de ninguém, de represália, de nada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Parabéns, Dr. Jorge. V.Sa. fez uma belíssima exposição. *(Palmas.)*

Seguindo a ordem, com a palavra a Sra. Eliane Cantanhêde.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Eu passei uma experiência muito interessante na época de jovem jornalista, porque fui cobrir a primeira eleição do Dr. Roberto Campos, o maior economista, o mais polêmico. Ele estava estreando a primeira calça *jeans* para fazer uma campanha em Mato Grosso. E o Governador E ex-Deputado Júlio Campos subiu no palco e disse assim: *“Olha, gente, aqui em Mato Grosso não vai ter mais esse negócio de cada um levar o seu tereré, não. Vamos acabar com esse negócio de tereré individual. Aqui é o seguinte: todo mundo vai ter que participar do mesmo tereré”*.

Eu fiquei olhando aquilo e disse: *“Gente, o que é isso?”* *(Riso.)* Na verdade, aquele pequeno exemplo, em Mato Grosso, com o então Governador Júlio Campos, foi o que aconteceu.

Meus senhores, vamos parar de ficar cada um tirando, bicando isoladamente. Vamos institucionalizar. E aí, como disse o Delegado Jorge, passou-se a ter uma planilha centralizada. O esquema vem de cima para baixo. É como o exemplo que eu citei. A PETROBRAS é o melhor *case* para isso.



Ao falar em avanços, que é o que estamos discutindo nesta Comissão, temos que ter cuidado para evitar retrocessos. Na discussão de mudanças legais sempre podem ser embutidos jabutis que vão levar a retrocessos. Eu estava falando antes que o PT, criado em 1980 pela justiça social, pelo combate à corrupção, etc., lá atrás fez um acordo tácito, operacional para combater a corrupção com o Ministério Público Federal — todo mundo se lembra disso —, com a mídia e com funcionários exemplares — o PT sempre foi ramificado na administração.

Foi assim que se descobriu muita corrupção e se combateu muita corrupção ao longo dos 20 anos em que o PT esteve na oposição. Quando o PT deixou de ser oposição e passou a ser poder, a primeira providência do então todo-poderoso José Dirceu foi tentar aprovar a lei da mordaza contra o Ministério Público. A segunda providência foi o controle social da mídia. A terceira providência foi a elaboração de um projeto de lei para punir funcionário público exemplar que passasse documentos ou informações de roubalheira para a imprensa, enfim, que vazasse para alguma instituição ou para a mídia esse tipo de documento ou informação. Ou seja, o PT, na oposição, aprendeu direitinho não apenas como combater, mas como fazer.

Então, a primeira providência foi quebrar aquele tripé do combate à corrupção — os três que eram os grandes aliados do PT contra os outros passaram a ser alvo do PT para impedir que o mesmo esquema de investigação se voltasse contra ele. Essa é uma verdade.

Deputado Rubens Bueno, no caso específico do foro privilegiado, eu acho, pessoal e modestamente, que não seria o caso de trazermos à discussão no bojo das dez medidas, porque exige a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição, o que mudaria o ritmo do debate e o ritmo da tramitação das dez propostas.

Eu acho que o foro privilegiado é uma questão importantíssima, mas não para estar dentro desse arcabouço das dez medidas.

A segunda coisa é a aposentadoria compulsória de juízes. Acho que poderia estar muito bem aqui dentro, porque está dentro do espírito das dez medidas.

E acho que também a questão dos aditivos, porque é uma fraude na origem da corrupção.



Nós três aqui competimos numa licitação. Eu apresento uma proposta fraudulenta, que eu não terei capacidade de cumprir. Por quê? Porque eu ganho a licitação, apresento o primeiro aditivo, o segundo aditivo, o terceiro aditivo, e todo mundo sabe que 90% dos casos de corrupção e de desvio começam com os aditivos.

Eu acho que deveriam ser trazidas para cá tanto a questão dos aditivos quanto a questão da aposentadoria dos juízes.

Já na reforma política é fundamental... Eu acho que todo mundo aqui concorda, há 100% de consenso, só que não dá para trazer para cá. Até porque a questão eleitoral-política virou pretexto de corrupção: “O sujeito roubou 100 milhões de reais”. “Ah, é porque era campanha eleitoral.” Existe muita corrupção, e a maior parte dessa corrupção não tem nada a ver com campanha e com política, nós sabemos disso.

Então, eu acho que reforma política é reforma política, é fundamental, as eleições são caríssimas, as campanhas são muito caras, isso tem que ser mudado, mas uma coisa é mexer em campanha política e outra coisa é tocar com brevidade, com seriedade e com objetividade as 10 medidas. Eu acho que o foco tem que ser esse.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Parabéns, Dra. Eliane Cantanhêde.

Agora seria a vez da Dra. Rosa Richter, mas, devido a sua ausência, vou passar a palavra para a Dra. Ana Paula Sayão.

A SRA. ANA PAULA SAYÃO - Respondendo ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, eu acho que as dez medidas são o primeiro passo para combatermos a corrupção. E não vai ser o último, precisamos fazer muitas coisas: além de mudanças na legislação, mudanças na cultura, projetos em educação, uma série de outras medidas.

Mas nós precisamos recuperar a nossa autoestima. Eu acho que a aprovação das dez medidas vai ser uma injeção de energia no povo, uma injeção de esperança no País, no seu futuro e de que nós vamos conseguir sair desse buraco em que nos metemos.



A eventual não aprovação — isso, realmente, eu não acredito que vai acontecer — das dez medidas eu acho que seria a desgraça total! Seria a total desesperança do brasileiro em tudo.

Eu acho superimportante a PEC do Deputado Celso Maldaner, que pode contar com nosso apoio, num segundo momento, para ajudá-lo a acabar com o foro privilegiado. A justiça tem que ser igual para todo mundo, não tem sentido ser diferente. As pessoas não podem ser tratadas de forma diferente.

Tudo tem que ser transparente. Eu acho que essa parte da transparência dos recursos políticos entra nas dez medidas. No relatório do Deputado Onyx Lorenzoni deve haver alguma coisa que se vá enquadrar nisso.

Quanto à PEC nº 163/2012, do Deputado Rubens Bueno, sobre aposentadoria de magistrados, acho um verdadeiro absurdo que o magistrado cometa um crime e seja simplesmente aposentado e nós tenhamos que pagar o seu salário para sempre. Isso não tem o menor sentido.

Os aditivos são artimanhas, na verdade, para se promover a corrupção. Também não tem o menor sentido.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Parabéns, Dra. Ana Paula Sayão.

Passo a palavra à Dra. Rosa Richter.

A SRA. ROSA RICHTER - Aqui foram mencionadas muitas coisas nas quais os senhores terão o nosso apoio todas as vezes que precisarem da sociedade civil para mudar algo que nos traga os merecidos benefícios.

Em toda a minha vida eu não me lembro de ter visto o Brasil tão despedaçado, tão sem esperança. Há pouquíssimo tempo éramos o País do futuro. Cresci ouvindo essa frase, e muitos dos senhores também.

Fomos dessa crença ao sonho de que esse momento chegaria em breve com a descoberta do pré-sal, com a escolha do País para sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, com a pujança de nossas empresas. Em pouquíssimos anos tudo isso desmoronou, ruiu, vítima do grande mal que assola este País, que é a corrupção.



Chegamos ao futuro do País com uma única certeza: nossos sonhos também morreram com a corrupção.

Sou completamente adepta da tolerância zero, como bem disse o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. Existe um grande clamor nacional dentro desta Casa, que está indo para o Senado Federal, de acabar de uma vez por todas com essa sangria desenfreada da corrupção.

Não existe mulher meio-grávida: ou ela está grávida ou ela não está! Nesta Casa nós ouvimos alguns absurdos de vez em quando, mas, graças a Deus, nós temos aqui grandes políticos, realmente muito éticos. Isso é o que nos dá força para continuar.

Quanto ao que os Deputados Rubens Bueno e Celso Maldaner disseram, todos os projetos que esta Casa apresentar como instrumento para acabar com a corrupção terão todo o apoio da sociedade civil.

O que nós esperamos, tanto dos Deputados quanto dos Senadores, é que os senhores façam o que o povo espera dos senhores, que aprovem as 10 Medidas Contra a Corrupção, porque é uma exigência do Brasil, é uma exigência dos brasileiros. Nós não queremos mais essa palhaçada no Brasil! O brasileiro não é corrupto, e nós não admitimos mais corrupção neste País! É só isso que nós esperamos dos senhores.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Parabéns, Dra. Rosa Richter, e parabéns a todos os expositores.

Seguindo a ordem dos inscritos, falarão o Deputado Vanderlei Macris; o Deputado Fábio Sousa, agregando o tempo de Líder; o Deputado Edinho Bez; e o Deputado Carlos Marun, agregando o tempo de Líder. Vamos seguir a ordem.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu farei uma breve intervenção.

Apenas gostaria de cumprimentar a Dra. Rosa Richter e a Dra. Ana Paula Sayão pela posição guerreira que têm.



Cumprimento também a Tiana e, na sua pessoa, todos os que participam ativamente da nossa Comissão. Isso é muito importante, isso nos dá força para continuar essa luta e esse trabalho.

Portanto, parabéns a vocês, guerreiras do Brasil, que estão aqui nos acompanhando!

Eu queria também cumprimentar a Dra. Eliane Cantanhêde, que hoje representa aqui a mídia brasileira, a imprensa brasileira. Ela é uma das mais brilhantes jornalistas do nosso tempo. Muito obrigado, Eliane, por sua presença e contribuição.

Quero fazer uma homenagem também à Polícia Federal, na pessoa do Dr. Jorge Barbosa Pontes, que dá essa grande contribuição a esta Comissão.

Eu costumo dizer que há uma questão que está sendo debatida aqui — e o nosso Relator, Deputado Onyx Lorenzoni e o Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, estão muito atentos a isso — que foi a presença das dez medidas como um movimento de um grande trabalho de combate à corrupção feito pela força-tarefa da Lava-Jato. Eles puderam sentir claramente quais as brechas que a lei tem para os escapes. Eles puderam sentir na prática essas brechas da lei, esses ralos que a legislação dá para que a escapatória dos corruptos.

Pois bem, não cabe, evidentemente, apenas a nós interpretar essa vontade de mudança e tapar os ralos e as brechas da lei, mas ao Plenário da Casa, que vai fazer o grande debate sobre essa nossa pretensão.

Eu gostaria apenas de dizer que tive oportunidade de participar ativamente de uma proposta de uma Comissão Especial chamada Reforma Política Infraconstitucional aqui na Casa, cujo Relator foi o Deputado Marcelo Castro. Foi um debate maravilhoso que fizemos, como este que aqui estamos fazendo. Nós aqui vamos chegar a cem depoimentos, e eu costumo dizer que nós temos o maior banco de dados de debate sobre corrupção no País nesta Comissão. Ali também se deu uma coisa muito parecida: eu fiquei muito entusiasmado com a discussão que fizemos naquela Comissão sobre a reforma política.

Qual não foi a minha decepção, qual não foi a minha surpresa com o processo de discussão e debate que se deu no plenário, traduzida por uma expressão muito conhecida: “a montanha pariu um rato”. Foi isso o que aconteceu.



O meu grande medo, meu caro Deputado Onyx Lorenzoni, é o de que nós possamos tirar daqui... Eu vejo que há aqui uma convergência muito grande de vontades no sentido de tirarmos daqui uma legislação capaz de tapar os ralos e brechas que a lei dá aos corruptos.

Nós precisamos tentar aprimorar essa proposta. Talvez o melhor não seja necessariamente aprovar as dez medidas exatamente como elas vieram. Acho que o Deputado Onyx Lorenzoni foi muito competente quando aqui já deu mais ou menos um caminho sobre essa questão, mas nós vamos ter que fazer um trabalho duríssimo no plenário da Casa, que tem um viés conservador. E há necessidade de a Rosa, a Ana Paula e a Tiana, que representam a sociedade aqui, estarem presentes na luta e na permanente vigília do processo daqui para frente. Não vejo tantos problemas no nosso trabalho aqui, mas no que virá depois. Precisamos cuidar para que não aconteça como aconteceu por ocasião da apreciação da reforma política, quando, como eu já disse, “a montanha pariu um rato”.

Essa era uma consideração que queria fazer. Não tenho muitas perguntas. Estou muito satisfeito com a manifestação do Dr. Jorge, da Eliane, da Rosa, da Ana e da Tiana.

Minha grande preocupação, meu grande temor é o de termos dificuldades daqui para frente. Estamos chegando ao momento do relatório. Faltam, talvez, mais 30 dias para apresentar esse relatório. Temos de estar vigilantes, porque esse caminho daqui para frente é muito longo, e precisaremos estar muito atentos a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Parabéns, Deputado Vanderlei Macris!

Seguindo a ordem de inscrições, passo a palavra ao Deputado Fábio Sousa, agregando ao seu tempo de 3 minutos mais 8 minutos da Liderança.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Cumprimento o Deputado Alexandre Serfiotis, que ora preside a reunião da nossa Comissão, e peço que estenda meu cumprimento ao Deputado Joaquim Passarinho, Presidente da Comissão.

Cumprimento o Deputado Onyx Lorenzoni, nosso grande Relator, sempre bem preciso em suas palavras, trazendo-nos certo norte.



Cumprimento também o Dr. Jorge Barbosa Pontes, Delegado da Polícia Federal. Seja muito bem-vindo à nossa Casa.

Cumprimento a Rosa Richter e a Ana Paula Sayão, que já se tornaram companheiras nossas aqui no Parlamento, sempre presentes, sempre cobrando posição dos Deputados, ativamente conosco, em especial na discussão das dez medidas. Pelo pouco que já conversamos, já prevejo que no futuro teremos outros embates nesta Casa com o seu acompanhamento. Estendo o cumprimento à Dra. Sebastiana e à querida jornalista Eliane Cantanhêde — vou aprender até o final da nossa reunião a pronunciar seu sobrenome corretamente, apesar de ser leitor da sua coluna e de seus artigos há certo tempo. Sejam bem-vindas a esta Casa.

Vou começar por uma observação que a jornalista Eliane fez quando citou o economista e ex-Deputado Federal Roberto Campos. Ele dizia que no Brasil a *res publica* era *cosa nostra*. É exatamente isso o que estamos tentando mudar a partir dos trabalhos desta Comissão, esse entendimento que o Roberto Campos externava com muito brilhantismo — para variar, já que suas opiniões eram sempre muito brilhantes. Ele dizia que a *res pública* brasileira, ou seja, a coisa pública, tinha se transformado em *cosa nostra*.

E nos últimos 15 ou 20 anos parece, como bem disse o Dr. Jorge, que isso foi institucionalizado no País de forma assustadora. Nós, infelizmente, éramos acostumados aos escândalos de corrupção, oriundos de quando o Brasil se tornou País. É bem verdade e precisa ser registrado; é algo histórico, que precisa ser consertado no País. No entanto, de um tempo para cá duas coisas nos assustam: a primeira é essa institucionalização, ou seja, a cada cajadada sai uma minhoca, é impressionante isso; e a segunda são os valores. Isso é assustador. Não estamos falando de um desvio qualquer — apesar de que qualquer tipo de desvio, qualquer tipo de corrupção deve ser passível de punição —, mas estamos falando de bilhões.

A Eliane mencionou que só um gerente da terceira hierarquia da PETROBRAS devolveu quase 100 milhões de reais. Ele foi condenado a devolver tal quantia em um acordo, e o Dr. Jorge vai concordar comigo que, nesse acordo, esse valor foi exatamente aquilo que a Polícia Federal e o Ministério Público conseguiram provar. Provavelmente há outros valores que podem até ser de conhecimento da



Polícia e do Ministério Público, mas, como não eles têm condições de provar, fica por isso mesmo.

Aí entra o que eu acho mais importante em nosso relatório, Deputado Onyx Lorenzoni. Digo que é nosso porque tenho certeza de que V.Exa., como já o vem fazendo, vai construí-lo a várias mãos nesta Comissão. Há duas preocupações que eu acho fundamentais.

Uma delas com a criminalização de agentes públicos por enriquecimento ilícito. Isso é importantíssimo. É lógico, todo mundo tem essa preocupação, mas é preciso haver também a obrigatoriedade de devolução dos recursos desviados dos cofres públicos. Senão vai acontecer o que a Eliane disse: o indivíduo vai ficar preso 2 ou 3 anos por causa do nosso sistema. Pode até ser condenado a mais tempo, mas vai ter um bom comportamento, vai ler, vai participar de trabalhos na prisão e, como o sistema permite, vai ficar preso 2 ou 3 anos. Isso se não conseguir o mesmo que conseguiram os nossos mensaleiros, que saíram da prisão pelo indulto natalino e vão ficar menos tempo ainda. E estarão livres para usar, para usufruir do recurso que foi desviado. Ou seja, fica 2 ou 3 anos preso e ainda continua milionário, em posse do dinheiro desviado. Isso é algo que nós precisamos mudar urgentemente.

Outra preocupação — a discussão ontem aqui na Comissão girou em torno disso, e provavelmente discutiremos o assunto mais vezes — é com a criminalização do caixa dois. Quando falo em criminalização do caixa dois não estou falando apenas de campanhas eleitorais. Em campanhas eleitorais é fundamental nós extirparmos esse tipo de crime, que não é só um crime de desvio de recursos, mas é também um crime contra a democracia, porque, afinal, quem utiliza o sistema de caixa dois tem mais condições de ganhar as eleições do que aquele que segue as regras, porque usa dinheiro não declarado, e muito dinheiro.

Fico muito preocupado. Está certo que nas eleições por que passamos há pouco mais de uma semana houve menos recursos, mas todo mundo sabe que houve, sim, caixa dois Brasil afora.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Ainda é um processo viciado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Ainda é um processo viciado, todo mundo sabe disso. Se não o combatemos, além do crime de ordem financeira nós sofremos também com um crime contra a democracia.



Esses são dois dos pontos que eu quero enfatizar. É lógico que as dez medidas não são dez, são mais de cinquenta. Elas são importantíssimas, e é fundamental o debate aqui.

A Eliane afirmou que, de certa forma, vê problemas no teste de integridade. Pelo menos não na forma como ele está sendo proposto. Eu não vejo problema. E é bom que se diga que até o Juiz Sérgio Moro propôs nesta Comissão alteração no teste de integridade. Se eu não me engano, foi ele quem deu a sugestão, que eu acho que o Deputado Onyx acatou, de que deve haver autorização judicial, o que seria interessante também.

Eu vejo valor no teste de integridade. É lógico, deve haver uma salvaguarda jurídica para ele, e isso deve estar bem claro no texto. Eu sou muito legalista nesse aspecto. Acho que o que está no texto tem que valer. A nossa salvaguarda é o que está escrito. O que garante proteção ao cidadão é o que está escrito no texto. Se estiver pré-determinado, escrito, se estiver bem claro para a sociedade e para todos, o teste de integridade do servidor público não será algo negativo, no meu ponto de vista, porque, se vai permitir que haja, no caso de cada um dos servidores públicos... Quando eu falo de servidor não estou falando só de político, não. Aliás, não podemos esquecer que as dez medidas não são só para Deputados e Senadores, são para todos os cidadãos, em especial aquele que ocupa cargo público, seja policial, servidor que aceita “cafezinho” para passar processo na frente, promotor público ou qualquer membro do sistema judiciário. As medidas vão servir para todo mundo, não podemos esquecer isso.

O teste de integridade visa duas coisas. A primeira é que aquele que é correto, aquele que é sério vai ter uma forma de se proteger, porque vai poder se negar ao ato ilícito e, assim, crescer.

Nós precisamos começar a valorizar quem age corretamente no País. É por isso que sou contra a Lei da Repatriação. Temos que valorizar quem age corretamente no País. Valorizamos muito quem faz coisas erradas e nos esquecemos de valorizar quem faz tudo certo. Assim, quem faz tudo certo acaba sendo prejudicado. Isso está errado. Temos que mudar essa cultura, esse valor.

Além disso, o teste traz medo à pessoa que talvez tenha um desvio de conduta, de caráter. Ela vai pensar duas vezes antes de aceitar alguma proposta



que seja feita nos escritórios Brasil afora, porque vai pensar: “*Será que não estão fazendo um teste de integridade comigo? Será que não estão fazendo alguma coisa autorizada judicialmente?*” Então, nós vamos ter um fator inibidor e também uma forma de valorizar o bom servidor, a pessoa correta, que é a esmagadora maioria no País.

Acabei trazendo três temas que eu acho fundamentais. Eu repito, as dez medidas, que não são dez, são mais de cinquenta, são excepcionais, e nós precisamos debatê-las à exaustão e aprovar a grande maioria delas nesta Comissão e no Congresso, se Deus quiser, até o final do ano, para começarem a valer a partir do ano que vem.

Uma delas é da criminalização do caixa dois. Não estou falando daquela proposta que surgiu, que não tem dono, ninguém viu quem foi — de filho feio ninguém quer ser pai —, ninguém sabe de onde veio nem para onde foi, a de se criar uma anistia. Não estou falando disso, não. Estou falando de uma proposta clara que, não tenho um pinga de dúvida, virá no relatório do Deputado Onyx Lorenzoni. Ontem foi debatido este aspecto: a proposta do Relator não vai trazer anistia, muito pelo contrário, vai trazer culpabilidade a quem precisa.

Precisamos também criminalizar o enriquecimento ilícito no País e fazer aquele que usurpou dinheiro do Erário devolver esse dinheiro. E aí eu incluo a ideia já apresentada — não me lembro por qual Deputado — de que aquele que desviou tenha que devolver o dinheiro desviado, para não poder usufruir dele. Isso deve valer para qualquer Poder, Executivo, Legislativo ou Judiciário, mas se o indivíduo for do Poder Judiciário não poderá receber a pena de aposentadoria, paga pelo Erário, com a qual ele vive geralmente em uma casa excelente, tem uma vida excelente e ainda dá consultoria jurídica, continua militando na advocacia, pode até não assinar mais processo, mas vira um consultor jurídico, é bem pago, tem um bom salário, vive bem e ainda usufrui daquele dinheiro que desviou dos cofres públicos.

Era o que gostaria de abordar. Desculpem as minhas afirmações, mas eu precisava fazer esse desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Fábio Sousa.

Passo a palavra ao Deputado Edinho Bez.



O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Ao cumprimentar o Presidente, cumprimento todos os demais, para ganharmos tempo, já que está em andamento a Ordem do Dia no plenário da Casa — fui ao plenário e voltei rapidamente.

Este encontro nesta reunião de audiência pública é muito importante. Nós temos pessoas aqui com representatividade fantástica.

Ulysses Guimarães dizia que, pela falta de interesse do povo brasileiro pela política, a cada mandato iria diminuir o nível dos eleitos. Eu sou testemunha disso. Cheguei aqui em 1995, estou no sexto mandato consecutivo. Sempre tive intimidade com a Comissão de Finanças e Tributação, fui Relator-Geral do Sistema Financeiro Nacional. Um dos membros daquela Comissão era o então Deputado Roberto Campos. Lembrei-me disto porque a nossa colunista Eliane Cantanhêde citou o nome dele. As reuniões eram verdadeiras aulas. Vejam a composição: Roberto Campos, Yeda Crusius, Conceição Tavares, Germano Rigotto, Antonio Kandir, Roberto Brant, Mussa Demes, o ex-Prefeito de Porto Alegre José Fortunati, Geddel Vieira Lima, Michel Temer. Era um time de craques. Eu era novato e brincava com eles que eu estava participando como aluno, e não só como Deputado, e eles brincavam que eu era muito esperto. E as viagens que nós fazíamos eram viagens de trabalho mesmo.

Essa falta de interesse do povo brasileiro colabora também com a situação. Alguém se elege aqui sem voto? Além de o eleitor não se interessar em participar de um partido político, ele nem vai votar. Para mim é um irresponsável. Quem não vota de forma consciente é um irresponsável, em detrimento dos responsáveis, que, felizmente, são maioria no Brasil.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Relator, pois é muito importante o seu trabalho. E não quero ser repetitivo, tendo em vista que não temos tempo suficiente.

Eu não vejo como acertar o Brasil — eu sei que a educação é a base, como também o são a formação e os princípios — se o Poder Judiciário não der o exemplo neste País. Vamos ser francos. Eu tenho admiração pela Polícia Federal. Todavia, há processos parados, engavetados, que envolvem crimes de roubo, e há casos de pessoas que roubaram dinheiro que são publicados nos jornais. Esses processos estão parados lá, Delegado Jorge. É preciso fazer uma crítica



generalizada. Nem o Supremo é mais respeitado! Quantos processos aquela Corte julga por ano?

Sérgio Moro, grande juiz, já fez história. Eu conversei muito com o Ministro Joaquim Barbosa sobre o mensalão. Sabem o que ele me disse? *“Eu não estou fazendo nada demais. Eu estou fazendo cumprir a lei.”* É isso que está faltando! Sérgio Moro já prendeu 70 pessoas. Quantas pessoas o Supremo prendeu? Quantos processos estão parados, engavetados no Supremo? Há pessoas condenadas na primeira, segunda e terceira instâncias, mas os processos estão lá parados. São poucos que falam isso aqui. Nós não vamos acertar este País se o Poder Judiciário — e aí envolve toda a área de segurança — não estiver comprometido com a sociedade.

Concordo com o colega no sentido de que aquele que foi pego roubando, aquele que enriqueceu ilicitamente — e esses casos são divulgados na imprensa —, além de ser condenado, tem que devolver o dinheiro, sim. No momento em que José Dirceu foi preso, o PT disse que ele era um herói e que estava escrevendo um livro sobre a história do guerreiro. Se isso é cultura, nós não podemos melhorar o País. O que é isso, então? Quando uma pessoa vai presa, para mim, é uma vergonha. De acordo com a minha formação, que foi dada pelos meus pais, pela minha família, isso é uma vergonha. Agora o sujeito vai preso e vira herói? E ainda repete a mentira várias vezes. Daqui a pouco vira herói, porque a maioria é covarde.

Esta audiência pública é importante para resgatarmos isso.

Por exemplo, quando alguém está respondendo a um processo, não significa, obviamente, que ele já foi condenado, mas também não significa que ele é inocente. Agora todos os caras que forem pegos são inocentes? E isso se repete. Essa lentidão vergonhosa do Poder Judiciário envergonha qualquer brasileiro honesto deste País. E nós temos que ter coragem de dizer isso.

Em Pescaria Brava, Município novo, que tem apenas 4 anos, localizado no Estado de Santa Catarina, que está acima da média dos Estados brasileiros e do mundo em função da nossa cultura de trabalho, de seriedade — e é claro que não estamos isentos também de pessoas desonestas, até porque nós somos brasileiros —, a eleição foi definida por um voto de diferença. O candidato a Prefeito foi eleito com apenas 1 voto de diferença. O atual Prefeito perdeu por um voto.



Eu fico muito a vontade para dizer isso porque o candidato que ganhou é do meu partido. Vamos separar as coisas. Eu não cito o nome de ninguém.

E, resumindo, um caso inusitado aconteceu lá, divulgado na *TV Globo* e na RBS. Uma mulher, falecida há 7 anos, votou na eleição — os espíritos estão votando. Em uma entrevista na televisão, a filha estava indignada, como de resto toda a família, porque ela era uma mulher séria, honesta. Por isso, eles querem justiça, não aceitam isso que foi feito com ela. Assinaram por ela.

Houve também o caso de um analfabeto que não foi votar. É natural, numa campanha eleitoral no interior, que o eleitor acabe dizendo: *“Eu não vou votar, eu já tenho 80 anos, 90 anos, não vou votar.”* Mas ele votou. Ele não foi, mas votaram por ele. Inclusive, não foi utilizada a impressão digital, o nome da pessoa estava escrito. Outro caso foi o de uma pessoa que estava hospitalizada, doente, saiu do hospital para votar e retornou.

Estou dizendo que isso acontece no Brasil. Cito esses exemplos porque aconteceram nas últimas eleições. Todavia — e fiquei sabendo disso por meio de uma matéria que me entristeceu —, o juiz eleitoral, apesar de todas as provas, da cópia da relação dos votantes, vai analisar se anula ou não a eleição. É uma vergonha! Esse caso não tinha que ser analisado, não tinha que ser julgado. Isso é uma vergonha! Se isso não acontecer, eu vou lembrar esse episódio toda semana para que seja conhecido no País.

Se nós não melhorarmos o Poder Judiciário, se o Poder Judiciário não parar de só pensar em dinheiro — vamos ser francos aqui, nós somos rodeados toda hora aqui com pedidos de aumento salarial —, se o Poder Judiciário não der o exemplo, nós não vamos recuperar este País. Eu ainda prefiro acreditar no Poder Judiciário. E aqui não estou falando de pessoas, de profissionais, mas ao sistema. É preciso mudar o sistema, como também a cultura. Quando a cultura prevalece, as pessoas se enquadram.

Caros convidados, o que vale não é mais a lei, é a nossa história, a nossa formação, aquilo que vem de berço. É isso que está valendo. A lei vale para todos? Nós sabemos que não. Quantos processos estão engavetados no Supremo? Eu faço aqui um desafio: vão lá e perguntem, vão aos tribunais de justiça.



Há outro detalhe. Quando se fala da lei perguntam o seguinte: “*Mas vocês fazem as leis*”. Eu respondo: “*Lá, não! Quando nós fazemos as leis, nós chamamos os segmentos para discutir.*” É ou não é verdade, colegas Parlamentares? Nós chamamos os juizes, os advogados para fazermos as leis com eles, porque aqui ninguém é *expert* em tudo. E ainda bem que nós fazemos assim. Nós ouvimos as pessoas que se identificam com o tema, que trabalham no dia a dia com essas situações.

Então, não dá para começarmos com uma “marolinha” aqui. É preciso colocar o dedo na ferida, e o momento é propício, porque o mensalão e a Lava-Jato são excepcionalidades, ou seja, são exceções. Não é assim que funciona o Poder Judiciário no Brasil. Tanto é verdade que de vez em quando tem um juiz preso porque nem eles acreditam neles mesmos.

Eu assumo aqui o que eu estou dizendo e desafio: não vamos mudar o País se não melhorarmos o Poder Judiciário.

Era o que tinha a dizer, caro Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Com a palavra o último inscrito, Deputado Carlos Marun, nosso latifundiário do tempo. S.Exa. dispõe de 12 minutos mais 1.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Meu bom-dia a todos. Minha saudação a todos os senhores e senhoras que aqui comparecem no intuito de contribuir com os trabalhos desta Comissão. Eu, de pronto, vou fazer algumas considerações.

Eu tenho para mim, Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, que honesto não é quem nunca roubou, é quem teve oportunidade de fazê-lo e não o fez. Muita gente se acha honesta, mas, na verdade, não roubou porque não teve oportunidade. Se tiver, vai vir à tona toda aquela pusilanimidade adormecida. Nesse sentido, coloco-me com muita tranquilidade: fui Secretário de Estado mais de 16 anos, coordenei mais de 800 processos licitatórios e nunca fui sequer acusado. E olhem que eu sou um adversário ferrenho, tenho muitos adversários políticos, e nunca fui sequer acusado de qualquer superfaturamento ou coisa semelhante. Eu construí mais de 80 mil casas, e todo mês vou à Caixa Econômica pagar a prestação da minha. Eu vivo em absoluta conformidade com os recursos auferidos



por uma família de classe média, composta por mim, que exerço hoje a função de Deputado Federal, mas sou engenheiro e advogado, e por minha mulher, que é arquiteta e também bacharela em Direito. Vivemos absolutamente em conformidade com isso.

Ressalto que isso me dá tranquilidade, em muitos momentos, até para defender posições que são, a princípio, impopulares e que outros não teriam condições de defender, até porque isso os colocaria em evidência, e muitos buscam a desmoralização de quem está ali colocado. Defendi, inclusive, o devido processo regimental para o Deputado Eduardo Cunha, e o faria de novo se assim se colocasse, por ter essa tranquilidade, que eu coloco a V.Exas., de um político orgulhoso de ser político e que tem a vida absolutamente em conformidade com os rendimentos que eu e a minha esposa recebemos mensalmente — a minha esposa atualmente está trabalhando, tem que trabalhar, porque senão nós não conseguimos avançar.

Então, é assim que penso: honesto é quem, tendo oportunidade de se locupletar, não o faz.

E aí eu avanço na seguinte questão: o que eu penso que seria adequado para o trabalho desta Comissão? Tenho ouvido muitas coisas, tenho debatido com o Deputado Onyx Lorenzoni. Debatí com os procuradores que aqui estiveram e com o próprio Procurador Deltan Dallagnol. E hoje eu ouvi uma frase da eminente jornalista Eliane Cantanhêde que eu acho que sintetiza o meu pensamento em relação ao trabalho desta Comissão, o que eu gostaria que aqui acontecesse: avançar sem retroceder. Os direitos individuais são conquistas das quais nós não podemos abrir mão. E eu, como advogado que sou, defensor, sim, do devido processo legal, dos direitos individuais — posso até ser considerado um garantista —, vou estar, obviamente, me debatendo por isso.

Esse avançar sem retroceder já me faz ter algumas posições definidas, eminente Presidente e nobre Relator. Sou a favor da criminalização do enriquecimento ilícito. Penso que nesse caso cabe, sim, a inversão até do ônus da prova. O agente público que enriqueceu sem ter como provar os meios pelos quais auferiu essa riqueza deve ser criminalizado. Nesse caso eu sou favorável inclusive à inversão do ônus da prova.



Sou favorável à agilização do processo. Sou favorável à redução, principalmente, da prescrição retroativa. Sou favorável a isso. Eu quero deixar isso bem claro, porque dizem: “*O Marun falou que é contra*”. Eu não falei que sou contra. Eu só falei que eu não me sinto obrigado a votar essas dez medidas, porque eu entendo que existem coisas ali que não são pertinentes.

Então, citei V.Sa. e digo que eu ouvi uma frase que até justifica hoje, digamos, o conceito que tem V.Sa. em âmbito nacional: avançar sem retroceder. Eu me debato nesta Comissão há alguns meses querendo saber o que eu realmente quero aqui. E hoje descobri: avançar, mas sem retroceder.

Então, sou favorável à criminalização do enriquecimento ilícito, sou favorável a tudo que atue no sentido da agilização do processo. Sou favorável ao fim da prescrição, especialmente a retroativa, mas sou contrário a tudo aquilo que desonera o Estado da responsabilidade, através das suas polícias, especialmente da Polícia Federal, e do Ministério Público, de provar a culpa daqueles que encarcera. Nada é tão pusilânime do que tirar a liberdade de um inocente. Sou contrário a tudo que desonere esses órgãos dessa responsabilidade. O Estado, através dos seus órgãos, há de continuar tendo a responsabilidade de provar licitamente a culpa daqueles que acusa, senão nós estaremos retrocedendo à Idade das Trevas. Estaremos retrocedendo, e esse retrocesso não vai contar com o meu apoio. É claro! Essa minha posição é clara. E por que digo isso?

O meu Estado de nascimento é o Rio Grande do Sul, mas há 32 anos vivo no Estado de Mato Grosso do Sul. Lá há um conflito indígena, por exemplo.

Vou citar um exemplo. Vencida a Guerra do Paraguai, houve a necessidade de ocuparmos as terras que faziam divisa lá. O Estado brasileiro chamou os produtores para ocuparem aquelas regiões, num serviço patriótico de garantia inclusive de nossas fronteiras. O sul do Mato Grosso do Sul, que é a região mais produtiva, foi dessa forma ocupada, até que Getúlio Vargas criou a última colônia agrícola, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Com as descendências e divisões, hoje a região é de pequenos e médios produtores que, licitamente, legalmente, adquiriram suas propriedades. E ali se produz. Agora, estabeleceu-se um conflito indígena. Ou seja, está se pensando em retroagir ao momento em que os índios ocupavam a região, considerando-a terra indígena.



Pois bem, o Ministério Público Federal — nem sei se vou discutir as intenções, talvez tenha havido até boa intenção — é parcial nessa disputa, e essa parcialidade me torna ainda mais convicto de que a mão da acusação não pode ser deliberadamente fortalecida.

Há o caso de quatro produtores rurais que se envolveram num conflito e foram presos preventivamente, sendo que a Polícia Federal não recomendou essa prisão. Ela pediu apenas a apreensão de armas para verificar a balística. E o Ministério Público, numa atuação política para desestimular a resistência às ocupações, encarcerou quatro produtores que estão lá na prisão de segurança máxima de Dourados. Eu fui visitá-los por esses dias. Estão presos preventivamente, e ninguém consegue tirá-los de lá.

Vai vir à tona agora o caso de Aral Moreira, questão de 1 ano atrás, onde também morreu um índio num conflito. Seis produtores rurais, por mais de 6 meses, foram retirados do convívio de suas famílias, do comando de seu trabalho e de suas propriedades. Por seis meses, ficaram encarcerados preventivamente, sendo até vítimas de violência física. E agora se prova que quem matou o índio foi o irmão, num tiro acidental. Está provado. E eu disse: *“Vai aparecer. Dr. Jorge Barbosa, faça contato com seus colegas lá no Mato Grosso do Sul.”* Esse inquérito já está provado, está com a materialidade, e ninguém deixa isso vir à tona, porque desmoralizaria a ação parcial do Ministério Público Federal no meu Estado.

Eu falei para o Procurador Dallagnol: *“Procurador, se os senhores fizessem concurso para santo, eu apoiaria as dez medidas contra a corrupção e até mais. Mas os senhores não são santos, são promotores de Justiça, são seres humanos, que erram, que têm defeitos, têm falhas, como a inveja, o ódio, o desejo de vingança, a parcialidade”.* É por isso que o devido processo legal tem que ser cumprido, em toda as suas instâncias. Quem tem quem investigar é a polícia, quem tem que decidir se acusa o não é o Ministério Público e quem tem que julgar é o Judiciário.

Essa é a garantia de que, daqui a pouco, nós, por termos dito algo que alguém não goste, não venhamos a sofrer esse tipo de violência contra aquilo que é mais sagrado ao ser humano, que é a sua própria liberdade.



Então, sou favorável a essas questões, mas sou contrário à prisão preventiva, que está ali estabelecida, sou contrário ao uso da prova ilícita — tem que se provar licitamente — e tenho restrições ao teste de integridade. Talvez essas restrições sejam superadas.

Para finalizar, faço algumas considerações. A sociedade civil não está sendo omissa na questão da sonegação? Vejo um posicionamento claro da sociedade em relação à corrupção, mas entendo que a sonegação é tão grave e traz tantos prejuízos quanto a corrupção.

Faço à jornalista Eliane Cantanhêde um pedido de reflexão.

Há 30 anos o Brasil vive num regime democrático, onde existe a mais absoluta liberdade de imprensa. Os meios de comunicação, de forma direta ou subliminar, passam a sua opinião à sociedade. A sociedade, a partir dessas informações, construiu um conceito genérico em relação à classe política, de criminalização. Podem trazer aqui um fardado de santo ou uma foto comigo abraçando Pedro Simon, que, no outro dia, terá cem *posts* dizendo: “*Esse também é vagabundo; esse bigodudo também é mentiroso*”. Será que a nossa imprensa não errou? Será que não houve uma falha? Será que, quando nós vivíamos numa ditadura, quando a imprensa não era livre, construiu-se, a partir do voto, uma classe política melhor do que essa que existe agora, quando há liberdade de imprensa?

Se isso aconteceu, é um contrassenso, é um absurdo; vai contra tudo, até contra o que eu acredito. Quando a imprensa não era livre, a classe política se elegia — e ninguém chega aqui porque quer, ninguém chega aqui por concurso, nós todos temos pelo menos cem mil votos cada —, hoje, com a liberdade de imprensa, a classe política é pior do que era no tempo da ditadura. Como isso pode acontecer?

Eu gostaria também que se estabelecesse em torno disso uma reflexão. É necessário que a democracia seja valorizada; não há democracia sem políticos. Democracia não se faz só com promotores públicos, sargentos, tenentes e capitães. Democracia se faz, sim, com esses aqui que vocês estão vendo, que, de 4 em 4 anos, tem que bater na porta da casa de D. Joana e explicar para ela por que defendeu o Cunha. É verdade, eu sei disso. Nós temos que fazer isso, os outros, não. Nós vamos ter que buscar cem mil votos de novo.



Eu levei o meu filho ao Beira Rio certa vez e disse: “*Dois Beira Rio lotados, meu filho. Papai precisa de dois Beira Rio lotados para se eleger. Por isso que papai não fica em casa, por isso que, aos sábados, papai está nas ruas, fazendo campanha. Por quê? Porque o papai gosta e precisa ter dois Beira Rio lotados.*” E meu filho: “*Hã?*”

Então, nós temos, sim, nossos defeitos, agora, não existe poder mais transparente do que o Legislativo. Se a senhora for à Câmara às 6 horas da tarde, a senhora vai saber onde eu almocei hoje; qualquer um aqui vai saber. Eu apresento a nota de onde eu almocei. “*Eh, Marun, almoçou no...*” Esse é o nosso poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Ninguém vai saber, eu não apresento nota.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Como? Tu não apresentas nota, mas pode.

Então, é essa a reflexão que eu quero que seja feita.

A Polícia Federal discorda das prisões preventivas. Quatro produtores rurais foram encarcerados em presídio de segurança máxima. Eu fui visitá-los. Será que nós temos que avançar na prisão sem provas? Eu entendo que não. Entendo que isso é um retrocesso. E eu quero fazer o que a senhora colocou como correto no trabalho desta Comissão: avançar, mas sem retroceder.

Era o que tinha a considerar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, uma breve intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, é um prazer ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Eu queria colocar minha posição clara favorável à criminalização do enriquecimento ilícito. Queria fazer breve consideração acerca da prerrogativa de foro, normalmente chamada de foro privilegiado.

Na verdade, eu vejo que a prerrogativa de foro tem que passar por ampla e profunda reforma. Tal como ela existe hoje é um excesso, e acho que os excessos têm que ser corrigidos. Mas extirpar a prerrogativa de foro não me parece razoável,



até porque a prerrogativa de foro é um instituto que não existe só no Brasil. Há excessos.

Na verdade o privilégio que nós tínhamos aqui no Brasil, querida Eliane, era um dispositivo constitucional que estabelecia que o Parlamentar só poderia ser processado, que ação penal contra o Parlamentar só poderia ser iniciada, instaurada, se houvesse autorização do Parlamento, o que nunca havia. Ninguém era processado.

Graças a Deus, há um tempo, aprovamos aqui uma emenda constitucional que inverteu essa lógica de tal forma que hoje o que o Parlamento pode fazer, até dentro dessa regra de freios e contrapesos, é decidir pelo trancamento da ação penal, o que também nunca ocorreu. O Parlamento nunca determinou que se trancasse ação penal nenhuma, e eu acho que isso não vai ocorrer. Isso, do meu ponto de vista, era um privilégio descabido, de tal forma que a prerrogativa de foro tal como está hoje é um excesso e precisa ser corrigida. Precisamos adequar essa prerrogativa de foro até para impedir que haja essa leitura de que é um privilégio.

Eu não entendo que suprimir instância seja privilégio. Nós só temos um grau, só uma instância, enquanto o cidadão comum tem quatro instâncias. No sentido inverso, o cidadão é que tem privilégio, porque tem quatro graus de jurisdição, e nós aqui só temos um. Nesse ponto de vista, acho até que existe uma razoabilidade, que, enquanto agente político, tenhamos menos instâncias jurisdicionais do que o cidadão comum. Há um princípio que diz que a quem mais é dado mais há de ser cobrado.

Se o mensalão tivesse sido julgado por um juiz de primeiro grau, provavelmente, na maioria das hipóteses, teria ocorrido a prescrição. Logo, penso que nós temos que intervir no instituto da prerrogativa de foro para adequá-lo ao sistema, mas, ao mesmo tempo, como já foi dito aqui diversas vezes, precisamos fazer correções no instituto da prescrição, no sistema recursal, sob pena de não avançarmos. Penso que o Sr. Relator tem muita clareza sobre isso, porque são assuntos já colocados aqui.

Independentemente da reforma política, existem determinadas normas que não são estabelecidas por nós, mas pelos próprios partidos. São normas internas. Eu observava nessas eleições municipais uma prática dos partidos políticos de não



estabelecem normas internas para serem criteriosos em relações a quem vai ser candidato pelo partido ou até para decidirem sobre quem vai-se filiar ao partido.

Sabemos que o crime organizado ocupa determinados espaços e realiza determinadas ações que é do poder público, especialmente na área assistencial, e, então, aquele líder do crime organizado passa a ser querido pela comunidade. Daí, o partido político faz a seguinte leitura: esse camarada tem voto, então, vamos aceitar a filiação dele, vamos aprovar a candidatura dele. Enfim, isso é uma excrecência. Só que isso não depende de nós, pois é norma interna do partido, e os partidos não são criteriosos, de maneira que qualquer um pode se filiar, qualquer um pode se candidatar.

Espero que a Operação Sanguessuga, que o mensalão, que, agora, a Lava-Jato e os debates que são estabelecidos pela imprensa, pelo Parlamento, nas Câmaras de Vereadores tenham também um papel pedagógico muito interessante para a sociedade. Digo isso porque nós tivemos, por exemplo, a experiência da Operação Sanguessuga, mas, depois, nas eleições subsequentes, alguns Parlamentares que foram presos nessa operação foram eleitos. Assim também aconteceu após o mensalão. Passado o mensalão, alguns envolvidos foram eleitos pelo cidadão comum, que acompanhou todo o processo.

Há algum tempo eu observava uma matéria, não sei se da *Globo News*, sobre as eleições municipais. Embora eu acredite que estejamos melhorando, que a sociedade esteja melhorando, aquela reportagem trazia alguns exemplos de Vereadores que foram eleitos, mesmo com esse processo agora, com prisões todos os dias feitas pela Lava-Jato, etc. Um dos eleitos era da Paraíba, de um Município cujo nome não me lembro agora. O cara estava preso durante o processo eleitoral e foi um dos mais votados naquele Município. Havia também o caso de um Vereador em Uberlândia, preso há 1 ano e pouco por tráfico de pessoas. Foi um dos mais votados em Uberlândia, uma cidade onde a população tem um nível de formação! E, assim, a televisão destacava vários outros exemplos.

Espero que todo esse debate — repito — e tudo que esteja acontecendo tragam uma contribuição pedagógica para o conjunto da sociedade. Nós todos temos que nos melhorar.



Temos aqui na Casa uma proposta de emenda constitucional que busca garantir a autonomia da Polícia Federal, a que eu sou a favor. Acho que a Polícia Federal precisa, mas não de uma autonomia tal como a que foi dada ao Ministério Público. Eu costumo dizer, Deputado Vanderlei Macris, que no mundo não existe um ministério público que tenha a configuração do Ministério Público do Brasil, que tem todas as garantias e algo mais. Não dá para entender! É uma instituição necessária, importante, que tem o reconhecimento à prova de todos nós, mas a configuração que foi dada pela Assembleia Nacional Constituinte não existe em nenhum outro lugar do mundo.

O princípio da unidade, em que cada membro do Ministério Público representa a instituição por si só, e não tem responsabilidade pessoal não tem cabimento. Não tem cabimento, até pelas razões que já foram expostas aqui por outros colegas!

Penso que nós estamos em um processo de amadurecimento das garantias individuais, Sr. Presidente, que dizem respeito a mim, a V.Exa. e a cada um de nós e que afloram na medida em que determinado membro da sociedade viola a lei, pratica crime e vulgarmente é chamado de bandido. É nesse instante que as garantias individuais se afloram, ficam muito presentes. Mas elas não dizem respeito só àquele que transgrediu a lei; dizem respeito também, por exemplo, a mim. Por isso devem ser zeladas, preservadas, defendidas.

Mas nós chegamos a um estágio em que a sociedade não abre mão das garantias individuais, mas deseja que todos nós defendamos também as garantias da coletividade. E nós precisamos buscar uma adequação entre garantias individuais e garantias da coletividade sob pena de continuarmos errando.

Encaminho-me para encerrar a minha participação, agradecendo a oportunidade de poder fazer essa breve intervenção, já que não estava inscrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consideração.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado Edinho.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Concordo com o Deputado João Campos, quando ele diz que todos nós precisamos melhorar, porque nós fazemos parte do todo, mesmo que alguns tenham responsabilidade maior em determinadas áreas.

A outra observação é que a nossa conceituada colunista Eliane citou que a corrupção no caso de obras, por exemplo, começa no aditivo, mas não é no aditivo; começa na abertura do edital de licitação.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Eu disse isto: que começa na abertura, que é fraudado já na licitação, quando se apresenta uma proposta irreal.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - É. Porque eles baixam o preço, e depois reivindicam aditivos. E o aditivo é importantíssimo! Eu fui Secretário da Infraestrutura de Santa Catarina e sei que o aditivo é importantíssimo. Se há um erro no projeto, se, por exemplo, não se identificou que havia solos moles, é para isso que existe o aditivo. Então, após se constatar o problema, os técnicos avaliam e, em seguida, faz-se o aditivo para corrigir uma falha no projeto. Mas só que não é essa a prática no Brasil.

Parabéns a todos

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente apenas quero registrar que, quanto à aposentadoria compulsória por desvio de conduta, porque nós já temos a outra aposentadoria compulsória, que é por causa da idade, mas a por desvios de conduta, quer seja do magistrado, quer seja de membros do Ministério Público, tem meu inteiro apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado.

Vamos passar a palavra aos nossos convidados para darem as respostas e, se quiserem, já fazerem suas considerações finais.

Com a palavra inicialmente o Dr. Jorge.

O SR. JORGE BARBOSA PONTES - Vou abordar rapidamente os pontos que foram levantados.



Realmente um aperfeiçoamento do Poder Judiciário, conforme colocou o Deputado, passa necessariamente pelo fim das indicações políticas para os tribunais. Muitas vezes um magistrado é indicado, enfim, até porque existe o quinto constitucional — algo que também merece ser revisto —, e esse membro do tribunal acaba se sentindo na obrigação de ter que atender àquele grupo que o indicou. Isso é muito ruim. Nós temos que tentar aproveitar que a Operação Lava-Jato nos colocou com o sentimento de estarmos no fundo do poço moral e começarmos a pensar nos nossos tribunais, porque todas essas situações feitas nos tribunais são resolvidas nos tribunais.

Os senhores devem saber que o que o Juiz Moro decide em primeira instância é revisto no Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, também no STJ, se as questões forem pertinentes ao STJ, e também no STF, enfim, nesses graus de jurisdição. Então nós temos, sim, que repensar essas indicações políticas para os tribunais. Temos que pensar em alguma coisa que seja norteadada pelo mérito, pela magistratura, pelas carreiras.

O Deputado também colocou algo muito importante, que é a criação de uma cultura anticorrupção no País. Nós temos que, de alguma maneira, aproveitar isso. Consta até das 10 medidas contra a corrupção que nós temos que injetar na sociedade um sentimento de ojeriza — ojeriza — em relação à corrupção, a mesma ojeriza que nós temos em relação aos estupradores, porque os corruptos fazem o estupro da Pátria, conforme já foi observado.

Esses pontos são muito importantes, pois, como o senhor colocou, existe um sujeito que já pode pedir música no *Fantástico*, pois caiu na Sanguessuga, caiu no mensalão e caiu no petrolão, e foi eleito. Ou seja, caiu em três situações e, então, vai cair na quarta.

Isso acontece porque a sociedade não está respondendo, a sociedade não está se sensibilizando. Então, é preciso haver projetos que injetem na sociedade ojeriza à corrupção. O sujeito que é corrupto não pode comer uma pizza numa pizzaria no domingo. Tem que ser vaiado! Tem que ser vaiado! Ele não pode comer uma pizza, ele não pode pegar avião comercial! Ele tem que ser vaiado, xingado, chamado de ladrão. É isso que tem que ser. Não pode mais comer uma pizza, não pode mais sair com a família. Isso é o que tem que acontecer. O cara tem que



pensar bem, e a sociedade tem que vaiar. O cara vai ter que se mudar do País, fazer uma operação plástica. Isso é que tem que acontecer. A sociedade tem, sim, que rejeitar a corrupção, pois os caras estão nos roubando. Nós estamos pagando nossos impostos, e tudo está sendo desviado, de maneira que nós não temos nada: não temos saúde, não temos educação. O serviço público está todo sucateado por conta dessa roubalheira.

Obrigado.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - É muito complicado quando se fala da mídia. Eu acho que, como criticamos muito todo mundo, também temos que saber ser criticados. Portanto, recebo com a maior humildade a sua crítica à posição da mídia, mas queria fazer algumas ressalvas.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Foi uma reflexão.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Foi uma reflexão.

A Ana ou a Rosa, uma das duas, disse que ficou surpresa ao chegar ao Parlamento e descobrir aqui que é muito melhor do que a imagem que tinha antes. Uma vez eu estava chegando aqui e, como nunca há onde estacionar, fui parar próximo ao Ministério da Justiça. Eu vinha descendo e aqui por perto estava cheio de carros, com um monte de gente, e havia um grupo de turistas que me parou e me perguntou: *“O que está acontecendo aqui?”* Perguntei: *“Como assim?”* Disseram: *“Ué, tem muita gente! Está todo mundo aí!”* Respondi: *“Mas isso aqui é a Câmara, o Senado. É assim mesmo”*. E disseram: *“Mas o que eu vejo na televisão é um plenário vazio, que nunca tem ninguém, em que ninguém aparece”*. Então, é preciso mostrar.

Só tem uma coisa: essa degradação da imagem do Parlamento e dos políticos não é uma coisa que nasce na mídia. Aí eu cito o que disse o Deputado João Campos sobre o sujeito que estava preso e o outro que era estelionatário ganharem a eleição. Por que eles concorreram e ganharam a eleição? Porque eles tiveram uma legenda, porque alguém lhes deu uma legenda. A mídia apenas expôs a ferida, mas quem criou a ferida não foi a mídia.

E aí é que está: se nós olharmos a posição da imprensa, da mídia ao longo do tempo, veremos que erros existem, mas não teríamos enormes avanços na vida nacional sem a mídia. Não teria havido, por exemplo o *impeachment* de Fernando



Collor, não teria havido a CPI dos Anões, não teria havido o mensalão, não teria havido a investigação no TRT e de Luiz Estevão, que eu até citei. Então a mídia é fundamental.

Agora, cá para nós, quem elegeu Presidente da Câmara um Deputado que há 30 anos todo mundo já sabia que ele praticava desvios, que havia suspeitas, que veio tendo problemas com a polícia ao longo de sua história é quem tem a responsabilidade pela degradação da imagem do Parlamento. A imprensa apenas registrou fatos, contas, posição da Suíça e a decisão dos senhores, ilustres Deputados, em relação à cassação.

Eu acho que a imprensa mostra apenas uma realidade que é criada pela Polícia Federal, que é criada por vocês, que é criada na sociedade, pelo Ministério Público, pela Justiça. Todas essas instituições podem cometer erros, inclusive a imprensa, mas eu acho que a imprensa, na balança, tem uma contribuição muito maior do que o contrário.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Quero só fazer uma consideração. Eu concordo. Obviamente, eu sou um defensor da liberdade de imprensa, mas estou chamando atenção para este contrassenso: no momento em que a liberdade de imprensa é plena, pessoas elegem uma classe política que pode ser efetivamente 100% criminalizada.

Eu não ouvi o que a Rosa falou, mas em relação ao que ela disse, eu também tenho essa impressão. A classe política brasileira é muito melhor ou, no mínimo, muito menos pior do que se fez a sociedade brasileira pensar. E isso, independentemente de erros ou de acertos pontuais, deve sim ser motivo de reflexão. Deve sim ser motivo de reflexão por todos nós — nós que estamos aqui e a mídia que nos observa.

Veja bem, se eu sáísse, às 2 horas da manhã e fizesse um vídeo: *“Repórter é tudo vagabundo, não tem ninguém aqui. Estamos em 400 Deputados decidindo uma questão importantíssima para o País no plenário e não tem ninguém aqui. Está todo mundo em casa dormindo”*. Será que isso refletiria o trabalho da imprensa?

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Não.



O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Não, nós sabemos que não. Então, é para isso que eu chamo a atenção, sem apontar o dedo, mas buscando uma reflexão a respeito dessa questão. Não é normal que, com a liberdade de imprensa, as pessoas elejam uma classe política tão ruim quanto muitos acreditam que ela é. E ela não é, como bem falou a Rosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onyx Lorenzoni) - Obrigado, Deputado.

Vamos continuar aqui com a Rosa e, depois, com a Ana Paula.

A SRA. ROSA RICHTER - Deputado Marun, desculpe-me a sinceridade, mas a sociedade civil está vivendo uma vulnerabilidade muito grande deixada pela falta — como eu vou dizer — de os políticos realmente fazerem o que lhes cabe fazer. Essa vulnerabilidade da sociedade civil faz com que todos nós aqui tenhamos essa condição de achar que realmente vocês fazem a coisa errada.

Então, essa política arcaica que vivemos hoje tem de ser mudada. E é exatamente isto o que a sociedade vem fazer dentro desta Casa: mostrar para vocês que a época da política arcaica acabou. Daqui para frente é vida nova. E política se faz com políticos éticos, sérios e que, quando eleitos, deveriam estar trabalhando pelo povo, para o povo e olhando o que está faltando para trazer essa credibilidade para a sociedade civil. E não é isso o que acontece.

Logicamente, não podemos falar por todos os políticos aqui. Nós temos uma grande gama, graças a Deus, de bons políticos. Nesse longo tempo que vimos frequentando esta Casa, estamos vendo isso. Mas não é o que acontece com a grande maioria.

Há políticos nesta Casa que estão em mais um dos seus inúmeros mandatos. Cadê a transformação desta Casa? Cadê o trabalho contra esse sistema doentio que há aqui dentro? Vocês acompanham isso todo dia. A sociedade civil paga os impostos, e ela está esperando os benefícios. Cadê benefício? Cadê?

É como eu falei no meu discurso: as pessoas estão morrendo nos hospitais. As pessoas não têm ruas asfaltadas, saneamento básico. Para onde está indo o nosso dinheiro? Avançar, sem retroceder e fazer nesta Casa o que o povo quer é exatamente o que quer que seja feito quem lhes elegeu. É isso o que vocês têm que entender daqui para frente. Vocês foram eleitos pelo povo e vocês têm que trabalhar para o povo e pelo povo. Têm que ver quais são as demandas dos Estados, das



idades, dos bairros, seja lá o que for. E o dinheiro, ele tem que ser destinado para isso. É para isso que nós queremos que vocês estejam aqui nos representando. E não é isso o que acontece! Prestem atenção, não é! Eu que não sou política, não sou nada, diariamente arranjo alguém para cuidar de pessoas nas comunidades carentes. Passa a época de eleição, eles continuam me procurando. Cadê quem foi eleito? Onde estão essas pessoas?

Na realidade, os políticos têm aquela vontade de ser eleitos. Então, na época das eleições, eles vão atrás dos votos. Sabe-se lá como conseguem. E aí o que vai acontecer depois? Todas as pessoas que os elegeram, seja porque foram compradas, seja lá o que aconteceu, não me interessa, elas são abandonadas — abandonadas! Isso é inaceitável! Nós não aceitamos mais isso. Os nossos impostos estão sendo pagos.

Estamos desenvolvendo um projeto na área da educação, junto com o Ministério Público Federal — vocês vão ter ciência disso mais à frente —, para garantir que nossas crianças tenham direito à ética, à cidadania, desde a primeira infância. O nosso problema de corrupção aqui é epidêmico. Só que temos que mudar a cultura. E para mudar a cultura do que se precisa? Ter educação. Só que educação, gente, não dá voto, porque educação é a longo prazo. Levam 20 anos para se ter uma educação adequada, só que isso não dá voto.

Eu quero ver quem serão os Deputados que irão aprovar esse projeto, afinal educar leva anos e transformar começa na pequena infância. Então, eu volto a falar aqui: há problemas, temos de solucionar um de cada vez. Não dá para fazer todas as coisas ao mesmo tempo, porque o problema vem de anos e anos e anos.

Quero que fique registrado nesta Casa que, daqui para frente, a sociedade civil não vai mais deixar vocês em paz. Quem quiser ser eleito pelo povo, que trabalhe por ele e que faça as coisas para ele, porque esta Casa é nossa, é de quem paga imposto, é de quem mantém vocês aqui dentro. E nós queremos que acabe a corrupção. Não aguentamos mais! E a corrupção está em tudo. Vocês têm esse comprometimento conosco. Vocês foram eleitos, e estamos esperando que vocês façam o melhor. E o melhor para nós é o seguinte: basta de corrupção!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Rosa.



Passamos a palavra agora à Ana Paula.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, eu fui citado. Eu poderia fazer uma consideração? Nós estamos num debate, acho que isso é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - É lógico, Deputado. Quando o vi aqui, eu sabia que V.Exa. ia falar.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Respeito as considerações, mas será que nós não estamos fazendo nada, Rosa? Nós criamos a CPI da PETROBRAS, nós derrubamos uma Presidente da República, constitucionalmente, num processo complicado. Imaginem se nesta Casa pudéssemos pôr à prova a honestidade de centenas de Deputados, tanto das centenas que como nós foram favoráveis ao *impeachment* quanto daqueles que permaneceram fiéis ao Governo. Eu também não aponto o dedo para quem permaneceu fiel ao Governo e o chamo de ladrão. Não!

Nós fizemos, nós estamos fazendo. A Casa está trabalhando e está fazendo. Claro que não é nosso dever precípua ir lá atender aquelas pessoas que nos procuram, mas nós estamos avançando na legislação. Aprovamos ontem um diploma legal impressionante, um Governo que se propõe a colocar na Constituição uma limitação dos seus próprios gastos. Isso é inédito. O Brasil está mudando.

Se estamos aqui eleitos e reeleitos, nós não podemos desmerecer o povo brasileiro, achar que ele é burro, que não sabe votar. O povo é inteligente. O povo sabe votar, sim! O povo sabe votar. Senão, nós merecemos ouvir: *“Ah, vocês foram eleitos porque o povo não sabe votar”*. Não é assim! Isso é fascismo! O fascismo se baseia nisso! O povo não sabe votar, então, vamos, pela força, tomar o poder e fazer o que precisa ser feito. Trata-se do povo que nos elegeu e reelegeu. E quem sabe se ele vai ou não nos reeleger novamente?

A SRA. ROSA RICHTER - Eu não falei que são todos. Eu deixei bem claro que são alguns.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Tudo bem. Veja bem, você mesma disse que a Casa está trabalhando e vai continuar trabalhando. Eu, aqui, não tenho vergonha nenhuma de me defender e de defender os meus colegas. Eu vivo o dia a dia aqui dentro. Ontem, eu vi Deputado de 80 anos, às 2 horas da manhã, firme para



votar! É essa a consideração que quero fazer. Eu, sinceramente, não aceito essa generalização. Não aceito. Sou Deputado de primeiro mandato, estou aqui há 1 ano. Continue convivendo com a Casa e você vai ter a opinião que tenho, que é cada vez melhor sobre este Parlamento, que está, sim, avançando em conformidade com o desejo da sociedade.

Muito obrigado por terem vindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Carlos Marun.

Concedo a palavra à Sra. Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA SAYÃO - Eu acho que temos vários problemas, muitos problemas. Temos problema de educação, problema de cultura, problema de corrupção, e não vamos conseguir corrigir tudo ao mesmo tempo. Temos que ter prioridades.

Há pessoas que não sabem votar? Sim. Há pessoas que não aproveitam essa oportunidade. Para mim, no que diz respeito a político corrupto, acho que não precisaria haver lei. Simplesmente, ninguém votaria nele. Pronto. Acabou. Não precisaria chegar ao ponto de perguntar se ele vai concorrer ou não. Não! Não vamos votar nele! Não tem cabimento alguém eleger uma pessoa que roubou. Não precisaria chegar a esse nível. Ainda vamos ter que caminhar bastante para chegar a isso. Mas estamos dando os primeiros passos, e o que importa é começar.

Estamos começando com essas medidas, que são o primeiro passo, e vamos recuperar a autoestima do brasileiro. A sociedade civil está começando a se mobilizar. Foram anos de sono, mas acordamos. Estamos acordando. As pessoas estão acordando aos poucos. Hoje, você não vê uma roda em que não se converse sobre política. Conversar sobre política passou a ser agradável. Quem não conversa sobre isso ouve: *“Nossa! Mas você não sabe o que está acontecendo no Brasil?”* Estamos mudando essa cultura.

Em tudo isso que esta Casa está fazendo e colaborando, acho que todo mundo tem um papel importante. Esta Casa, a imprensa, a sociedade civil, todo mundo está trabalhando junto para fazer um Brasil melhor. Cada um no seu papel. Eu e a Rosa estamos aqui hoje, mas há todos vocês que estão aqui o tempo inteiro,



como sociedade civil, e todas as outras pessoas que são voluntárias e usam seu tempo trabalhando por um Brasil melhor.

Às vezes, as pessoas me perguntam o que eu ganho com isso. Eu ganho um Brasil melhor. Só. Eu gasto o meu dinheiro, eu deixo a minha empresa, eu deixo a minha família, eu viajo para Brasília, quase toda semana, para estar aqui, acompanhando de perto esta Comissão, para ter um Brasil mais honesto para mim, para vocês e para todo mundo. E é realmente isso o que queremos. Fazendo isso, estou exercendo o meu papel de cidadã. Assim como eu, várias outras pessoas fazem isso também.

Eu acho que já vivemos num Brasil diferente hoje. Vivemos num mundo diferente, no qual cada um faz a sua parte. Hoje, o eleitor não aceita mais que o político vá à porta da casa dele, a cada 4 anos, para pedir voto. Hoje, nós acompanhamos os nossos políticos todos os dias. Estamos vendo o que está acontecendo todos os dias. Temos que trabalhar todos juntos.

Obrigada pela dica da vigilância no Senado. Daqui para frente, ficaremos cada vez mais vigilantes, eu, ela, a Tiana, a Isa, a Júnia, as pessoas do nosso grupo de São Paulo, todos os outros voluntários do Brasil, os movimentos, enfim, todas as pessoas. Precisamos estar juntos e unidos para tentar fazer um Brasil melhor. Todos nós, esta Casa, o Senado, a imprensa, a sociedade civil, os movimentos de ruas, todo mundo tem que ficar atento, porque o nosso objetivo é um só, é ter uma vida melhor, um Brasil mais justo, mais honesto, com condições de vida melhor para todo mundo.

Eu agradeço a todos. Quero parabenizar todos os Deputados desta Comissão, principalmente nosso querido Presidente, nosso Relator, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, o Deputado Vanderlei Macris, que são Deputados que estão aqui firmes e fortes, defendendo a nossa causa o tempo inteiro, desde o começo, com toda determinação e afinco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Ana.

Antes de convidar o próximo inscrito para falar, gostaríamos de avisar que vai haver reunião, na semana que vem, independentemente do plenário, na segunda-



feira, na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira, à tarde, para fecharmos as audiências.

Na segunda-feira, à tarde, teremos a presença do Ministro da Justiça. Já está confirmada a presença de S.Exa. aqui. Deputado Carlos Marun, eu gostaria de vê-lo aqui. Vamos encerrar os nossos ciclos de debates até quinta-feira, a fim de darmos um tempo ao nosso relator para fechar o relatório e poder debater os tópicos com os Deputados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Vamos chegar a quase 100 audiências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - São mais de 100. Vamos passar de 100 audiências.

Queríamos fazer um agradecimento à jornalista Eliane Cantanhêde. Muito obrigado por ter vindo. Esta Casa e a população devem muito à imprensa honesta e justa. Temos muita coisa, na classe política, a ser criticada, mas também há muita coisa boa acontecendo. Esperamos sempre contar com sua imparcialidade e colaboração nesta Casa. Muito obrigado por ter vindo aqui, por ter aceitado o nosso convite. É um prazer tê-la aqui. Não a conhecia pessoalmente. Foi um prazer conhecê-la. Espero poder continuar contando com a sua colaboração.

A SRA. ELIANE CANTANHÊDE - Muito obrigada. Parabéns a cada um de vocês que está aqui, até essa hora, por uma causa tão justa e tão coletiva, de interesse de todos nós e de todo o País. Obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Em respeito aos nossos brilhantes convidados, quero justificar por que muitos Deputados não estão aqui. Temos que ir votar. Estamos votando uma PEC. Eu só queria justificar a ausência dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Estamos em votação no plenário. Estamos na Ordem do Dia. Estamos votando uma medida provisória.

Eu gostaria de agradecer a presença das nossas duas convidadas. Sebastiana, obrigado por ter vindo aqui e pelo seu depoimento emocionado. Agradeço a presença da Sandra, do Maciel, da Lúcia, da Rosa, da Ana Paula, do



marido da Ana Paula, que acho que é quem paga as passagens. *(Risos.)* Obrigado pela presença e participação de cada um de vocês.

Convoco os Srs. Deputados para a reunião de segunda-feira, dia 17 de outubro, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário 4.

Lembro que, na próxima quinta-feira, dia 13, no Plenário 15, teremos uma reunião com o Colégio Notarial do Brasil, que tratara da minuta da Espanha.

Agradeço a presença dos assessores da Comissão e de todos os que nos acompanharam até agora.

Declaro encerrada a presente reunião.